RESPONSABILIDADE CIVIL

LINHA DE SEBENTAS

ae.fd.unl

associação de estudantes
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
Responsabilidade Civil

Índice

1. Noção. Responsabilidade civil, responsabilidade moral e responsabilidade criminal. Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa. ................................................................. 3
   1.1. Noção .................................................................................................................. 3
   1.2. Responsabilidade Moral .................................................................................... 3
   1.3. Responsabilidade Criminal ............................................................................... 3
   1.4. Enriquecimento Sem Causa ............................................................................. 4
2. Responsabilidade civil contratual ou obrigacional e responsabilidade civil extracontratual ou extraobrigacional. Noção. .............................................................. 4
   2.1. Responsabilidade Contratual ou Obrigacional ................................................ 4
   2.2. Responsabilidade Extracontratual ou Extra-Obrigacional ............................... 4
   2.3. Responsabilidade Pré-Contratual ................................................................... 5
       2.3.1. Assento e orientação da matéria no Código Civil .......................................... 5
2.4. O problema do concurso entre a responsabilidade contratual e extracontratual .............. 6
       Ação Híbrida ........................................................................................................ 7
       Teoria da Opção .................................................................................................... 7
3. Ilícito intencional e ilícito meramente culposo .................................................................... 7
4. Responsabilidade por factos ilícitos ............................................................................... 7
   4.1. Pressupostos ........................................................................................................ 8
   4.2. Elementos constitutivos da Responsabilidade Civil Extracontratual ................... 8
   4.3. Causas justificativas do facto danoso. Exclusão da ilicitude ................................. 11
       4.3.1. Causas Gerais ............................................................................................. 11
       4.3.2. Causas Especiais ....................................................................................... 12
5. Responsabilidade pelo risco .......................................................................................... 30
   Teoria do Risco .......................................................................................................... 30
   Casos de Responsabilidade pelo Risco ...................................................................... 31
       a. Responsabilidade do Comitente ........................................................................ 31
          Regime .............................................................................................................. 32
       b. Responsabilidade do Estado e de outras pessoas coletivas públicas .................. 33
       c. Danos causados por animais ............................................................................ 33
       d. Acidentes causados por veículos de circulação terrestre ..................................... 34
          Pessoas responsáveis ......................................................................................... 34
          Beneficiários da responsabilidade ................................................................... 35
          Causas de Exclusão de Responsabilidade ........................................................ 36
6. Danos indemnizáveis ....................................................................................................... 39
   Limites da Responsabilidade ..................................................................................... 39
   Pluralidade de Responsáveis .................................................................................... 40
   Danos causados por instalações de energia elétrica ou gás ......................................... 41
7. Responsabilidade por factos lícitos ................................................................................ 42
   CASOS PRÁTICOS .................................................................................................... 44
   1ª Hipótese – Professora Ana Prata .......................................................................... 44
   2ª Hipótese – Professora Ana Prata .......................................................................... 45
   Índice Remissivo ....................................................................................................... 48
   Repetitório de Perguntas ............................................................................................ 49
1. Noção. Responsabilidade civil, responsabilidade moral e responsabilidade criminal. Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.

1.1. Noção
Ocorre quando uma pessoa fica obrigada a reparar um dano sofrido por outra. O responsável é devedor e o lesado credor dessa obrigação. Trata-se de uma obrigação que nasce diretamente da lei e não da vontade das partes, ainda que o responsável tenha desejado causar o prejuízo.

1.2. Responsabilidade Moral
A responsabilidade civil distingue-se da simples responsabilidade moral, que pertence ao domínio da consciência e em que o resultado externo não representa pressuposto necessário. A responsabilidade moral configura-se como uma responsabilidade não jurídica, logo a destrinça reporta-nos para as relações entre direito e moral.

1.3. Responsabilidade Criminal
A responsabilidade civil autonomiza-se da responsabilidade penal ou criminal. A responsabilidade civil pertence à esfera do direito civil, que é direito privado, enquanto a criminal se reconduz para o direito penal, ramo do direito público. Porém, não são só as diferenças de pura índole formal que as distinguem, mas também as diferenças substanciais, atendendo à natureza das sanções que a um e a outro correspondem.

Na responsabilidade civil a ideia de reparação patrimonial de um dano privado é dominante, porque o dever jurídico infringido foi estabelecido diretamente no interesse da pessoa lesada. Aqui, no âmbito das sanções cíveis, o que realmente importa é a restituição dos interesses lesados, daí que sejam privadas e disponíveis.

A responsabilidade penal, por sua vez, aparece como uma defesa contra os autores dos factos que atingem a ordem social. Ofende-se um bem jurídico cuja tutela que, ao invés do que acontece na responsabilidade criminal, é estabelecida imediatamente no interesse da coletividade. Uma vez que as sanções criminais visam
defender a sociedade, através de intimidação e da reeducação do delinquente ou da expiação pelo delinquente da sua culpa, compreende-se que tenham um caráter público e indisponível.

1.4. **Enriquecimento Sem Causa**

A responsabilidade civil também se distingue do enriquecimento sem causa. Apesar de ambos os institutos envolverem uma indemnização ou restituição, o primeiro dirige-se apenas a eliminar o dano ou prejuízo do lesado, enquanto no enriquecimento sem causa pretende-se, essencialmente, suprimir um locupletamento injusto de alguém à custa alheia - distinguem-nos a função típica e a perspetiva de cada um deles.

O enriquecimento sem causa pressupõe, em regra, um acréscimo do património da pessoa obrigada a restituir, que pode não se verificar no caso da responsabilidade civil. Nesta é sempre devida a indemnização ao lesado, ainda que o responsável não retire qualquer benefício do facto que ocasiona o dano.

Concluindo, o enriquecimento sem causa refere-se às vantagens resultantes de uma simples deslocação patrimonial injustificada em face do direito; ao passo que a responsabilidade civil visa os prejuízos derivados de um ato ilícito ou equivalente.

2. **Responsabilidade civil contratual ou obrigacional e responsabilidade civil extracontratual ou extra-obrigacional. Noção.**

2.1. **Responsabilidade Contratual ou Obrigacional**

A responsabilidade contratual resulta da violação de um direito de crédito ou obrigação em sentido técnico. O qualificativo não se mostra rigoroso, dado que, além dos contratos, existem outras fontes de tais vínculos – negócios jurídicos unilaterais e lei.

2.2. **Responsabilidade Extracontratual ou Extra-Obrigacional**

Contraposta à categoria mencionada, surge a da responsabilidade extracontratual, na qual se integram os restantes casos de ilícito civil. Esta responsabilidade deriva da violação de deveres ou vínculos jurídicos gerais, isto é, de
Responsabilidade Civil

deveres de conduta impostos a todas as pessoas e que correspondem aos direitos absolutos, ou até da prática de certos atos que, embora lícitos, produzem dano a outrem.

2.3. **Responsabilidade Pré-Contratual**

Importa referir que a doutrina de certos autores, nacionais ou estrangeiros, não se limita às modalidades tradicionais de responsabilidade contratual ou extracontratual. Admite-se, entre ambas, uma terceira via que, segundo os seus defensores, permite uma melhor equação e análise de alguns casos, como o da responsabilidade pré-contratual.

2.3.1. **Assento e orientação da matéria no Código Civil**

O Código vigente sistematiza a responsabilidade civil em três lugares:

- Responsabilidade Extracontratual – artigos 483º e seguintes;
- Responsabilidade Contratual – artigos 798º e seguintes;
- Obrigação de Indemnizar – artigos 562º e seguintes.

*Sintetização sobre orientação dominante no nosso Código Civil:*

1) A culpa presume-se na responsabilidade contratual, mas não na responsabilidade extracontratual – artigos 799º/1 e 487º/1;
2) Em caso de pluralidade passiva, o regime é o da solidariedade na responsabilidade contratual, ao invés do que acontece na responsabilidade extracontratual – artigos 497º, 507º e 513º;
3) A possibilidade de graduação equitativa da indemnização está apenas consagrada para a responsabilidade extracontratual, não devendo considerar-se extensiva à responsabilidade contratual – artigos 494º e 499º;
4) Quanto à prescrição, na responsabilidade extracontratual vigoram normas especiais que fixam o prazo em três anos, enquanto a responsabilidade contratual se encontra apenas submetida ao prazo ordinário de vinte anos – artigos 498º e 309º;
5) A responsabilidade contratual por facto de terceiro não depende do pressuposto da comissão, requisito estabelecido para a responsabilidade contratual – artigos 500º e 800º;
6) As regras de capacidade de exercício de direitos relativos à responsabilidade contratual divergem das regras da imputabilidade concernentes à responsabilidade extracontractual – artigos 123º, 127º, 139º, 156º e 488º;
7) Sobre o momento da constituição do devedor em mora, estabelece-se um regime exclusivo da responsabilidade extracontractual, que não impera para a responsabilidade contratual – artigos 805º/3/2ºparte;
8) Nas obrigações pecuniárias, em caso de mora do devedor, permite-se que o credor obtenha uma indemnização suplementar, além dos juros previstos, se o fundamento da dívida se reconduz à responsabilidade extracontractual, sendo esse preceito inaplicável a situações de responsabilidade contratual – artigos 806º/1,2 e 806º/3.

2.4. **O problema do concurso entre a responsabilidade contratual e extracontractual**

E se o dano for consequência de um facto que, simultaneamente, viole uma relação de crédito e um dos chamados direitos absolutos, como o direito à vida? Estaríamos perante uma situação suscetível de preencher os requisitos de aplicação dos regimes de responsabilidade contratual e extracontractual. Exemplos: o transportador que, por culpa sua, ocasiona um acidente em que a pessoa transportada sofre ferimentos; o médico radiologista que provoca lesões no paciente; o farmacêutico que entrega ao cliente um produto nocivo à saúde, em vez do remédio solicitado.

As diversas orientações dividem-se em dois grupos: os denominados sistema do cúmulo e sistema do não cúmulo:

- **Sistema do Cúmulo** contempla três perspetivas:
  - A de o lesado se socorrer das normas da responsabilidade contratual e da extracontractual;
  - A de conceder-se-lhe opção entre os procedimentos fundados apenas numa ou noutra dessas responsabilidades;
  - A de admitir a responsabilidade extracontractual.

- **Sistema do Não Cúmulo**: consiste na aplicação do regime da responsabilidade contratual, em virtude de um princípio de consunção.
Recordemos que o Código Civil vigente consagra regimes sem diferenças essenciais para a responsabilidade contratual e a extracontratual. O que se tem de fazer é averiguar, nestes casos, se o simples recurso à responsabilidade contratual nega reparação a quaisquer danos atendíveis que seriam tutelados através da via do ilícito aquiliano. Afast-se, naturalmente, a possibilidade de uma dupla indemnização porque, por outras palavras, havendo um só dano, resultante de um único facto, nada justifica a duplicação de ações ou concorrência de pretensões.

**Ação Híbrida**

Parece, assim, inaceitável o sistema da ação híbrida porque se afigura substancialmente injusto que o lesado beneficie das normas que considere mais favoráveis da responsabilidade contratual e da extracontratual, afastando as que nos respetivos sistemas repute desvantajosas.

**Teoria da Opção**

Esta teoria equivale a deixar-se ao lesado a escolha de uma ação baseada no ilícito contratual ou no ilícito extracontratual. Adere-se, então, à exclusão do cúmulo.

3. **Ilícito intencional e ilícito meramente culposo**

- Ilícito intencional: são praticados com o intuito, direto ou indireto, de causar dano – dolo (artigos 814º/1 e 1681º/1)

- Ilícito meramente culposo: há apenas a imprudência ou negligência do seu autor – culpa em sentido estrito (artigos 494º).

Tanto o dolo como a mera culpa fundamentam, em princípio, a obrigação de indemnização.

4. **Responsabilidade por factos ilícitos**

O princípio geral da matéria encontra-se consagrado no artigo 483º do Código Civil: «Aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação».

Com a análise destes preceitos, decorre que o dever de reparação resultante da responsabilidade civil por factos ilícitos depende de vários pressupostos.
Responsabilidade Civil

4.1. **Pressupostos**

- Existência de um facto voluntário do agente;
- A ilicitude desse facto;
- Que se verifique um nexo de imputação do facto ao lesante;
- Que se verifiquem danos para o lesado;
- Que haja um nexo de causalidade entre o facto praticado pelo agente e o dano sofrido pelo lesado.

4.2. **Elementos constitutivos da Responsabilidade Civil Extracontratual**

1) **Facts**

Na raiz da responsabilidade por factos ilícitos está necessariamente uma conduta da pessoa obrigada a indemnizar – um facto voluntário. Esta qualificação pretende excluir os factos naturais produtores de danos, ou seja, os que não dependem da vontade humana e se apresentam por ela objetivamente incontroláveis. Não se exige que se trate de factos humanos intencionais, de comportamentos cujos resultados se hajam de antemão desejado, tal como não se mostra necessário que o agente possua capacidade de exercício de direitos.

Em regra, a conduta do agente constitui um facto positivo ou ação, que viola um dever jurídico de não intromissão na esfera de outra pessoa, no entanto, um facto negativo ou omissão também pode ocasionar danos.

Na responsabilidade contratual, trata-se, na maior parte dos casos, de uma conduta negativa do devedor – a não realização da prestação – que fundamenta a obrigação de indemnizar. Mas no que toca ao ilícito civil extracontratual o problema da responsabilidade por omissões ou abstenções tem maiores melindres.

A nossa lei toma posição no artigo 486º, no entanto, esta norma reclama cuidada atenção, porque propendemos para uma compreensão ampla da disciplina consagrada. Segundo a sua letra, demasiado restrita, as omissões tão-só geram responsabilidade civil desde que se verifique, para além dos requisitos legais, um pressuposto específico: que exista o dever jurídico da prática do ato omitido. Este dever jurídico pode resultar diretamente da lei ou de negócio jurídico. Porém, é necessária uma interpretação da doutrina do artigo 486º mais abrangente. Imagine-se que o negócio de que resultaria o dever jurídico de ação era nulo, como, por exemplo, o contrato celebrado entre o
professor de natação e o instruendo ou entre a “baby-sitter” e os pais da criança que sofre o acidente. Então, neste caso, desde que o aludido professor ou a “baby-sitter” não excluam o recurso a outro meio para obstar à produção do resultado danoso, mas também se encontravam na posição de serem os únicos em circunstâncias de evitá-lo, parece igualmente de defender a sua responsabilização nos termos do artigo 486º.

2) **Ilicitude**

A ilicitude consiste na infração de um dever jurídico. Sendo assim, só havendo ilicitude é que o facto voluntário que lesa interesses alheios conduz à obrigação de reparação.

**Formas de Ilicitude**

O artigo 483º/1 clarifica-nos quanto à existência de duas formas essenciais de ilicitude: a violação de um direito de outrem e a violação de preceito de lei tendente à proteção de interesses alheios.

Relativamente à primeira forma – violação de direitos subjetivos – incluem-se tipicamente as ofensas de direitos absolutos, de que constituem exemplos: os direitos reais e os direitos de personalidade. A matéria da violação dos direitos de crédito não se encontra aqui contemplada pois o legislador ocupou-se dela em lugar à parte – artigos 798º e seguintes.

A segunda vertente geral do artigo 483º/1 é dirigida à violação de disposições legais destinadas a proteger interesses alheios. Aqui, tem-se agora em conta a ofensa de deveres impostos por lei que vise a defesa de interesses particulares, sem que confira quaisquer direitos subjetivos (exemplos: a infração de uma lei que imponha determinadas providências sanitárias ou proíba o estacionamento de veículos em certos locais).

A professora Ana Prata ainda menciona o ilícito civil. O ilícito civil pressupõe uma violação de direitos privados e a violação do interesse protegido pela norma. Por exemplo:

Num caso em que alguém compra uma caixa de hambúrgueres de vaca e a carne, afinal, é de cavalo. Aqui, neste caso, há uma violação das normas legais quanto à transparência
Responsabilidade Civil

de mercado, que protege os nossos interesses: na caixa é vendida carne de cavalo, convencendo os compradores de que estão a comprar carne de vaca.

O efeito disso é a retração generalizada, porque as pessoas deixam de comprar os produtos daquela marca. No entanto, quem sofre as primeiras consequências é o produtor que vê as suas vendas reduzidas.

A questão que se coloca é a seguinte: os outros produtores têm direito a ser indemnizados? Não. O interesse afetado é o da concorrência, no entanto, não é esse interesse que é abrangido na proteção da norma. Só há ilícito civil quando o interesse que está a ser violado se integra no círculo de interesses protegidos da norma.

Para esta segunda forma de ilicitude, tem de se verificar os seguintes requisitos próprios:

1) Que à lesão dos interesses dos particulares corresponda a ofensa de uma norma legal;
2) Que se trate de interesses alheios legítimos ou juridicamente protegidos por essa norma e não de simples interesses reflexos ou por ela apenas reflexamente protegidos;
3) Que a lesão se efetive no próprio bem jurídico ou interesse privado que a lei tutela.

Às referidas condutas antijurídicas suscetíveis de gerar responsabilidade civil, importa acrescentar o abuso do direito. Apurando-se, de harmonia com o critério do artigo 334º e segundo as circunstâncias do caso, que um determinado comportamento deve ser qualificado como abuso do direito, resulta para o titular desse direito abusivamente exercido a obrigação de reparar os danos produzidos a outrem. Posto isto, torna-se necessário que ocorram os restantes requisitos ou pressupostos de responsabilidade civil.

O Código Civil não se limita à fixação, no artigo 483º/1, dos mencionados critérios básicos. Contempla alguns casos especiais de ilicitude que não se enquadram nessa previsão genérica.

I. Ofensa do crédito ou do bom nome – artigo 484º

Infere-se da lei que tem de haver imputação de um facto, não bastando alusões vagas e gerais. A regra consiste na irrelevância da veracidade ou falsidade do facto, mas
sempre que esteja em causa a proteção de interesses legítimos, parece admitir a «exceptio veritatis». O facto afirmado ou difundido deve mostrar-se suscetível de afetar o crédito ou a reputação da pessoa visada.

II. Prestação de conselhos, recomendações ou informações – artigo 485º/1

De acordo com o artigo 485º/1, «os simples conselhos, recomendações ou informações não responsabilizam quem os dá, ainda que haja negligência da sua parte». O que há a salientar é que nem verificando-se dolo existe essa obrigação de indemnizar, desde que a conduta se não configure como abuso do direito e fora dos casos previstos pelo nº2 do mesmo artigo 485º.

O nº2 do artigo 485º abre três exceções:

- Quando se assumiu a responsabilidade pelos danos resultantes dos conselhos, recomendações ou informações;
- Quando existe o dever jurídico, legal ou convencional de aconselhar, recomendar ou informar e se tenha agido culposa ou dolosamente;
- Quando a conduta do agente constitui crime.

4.3. Causas justificativas do facto danoso. Exclusão da ilicitude

Trata-se daquelas circunstâncias que, por tirarem ao facto que ocasionou o dano a sua ilicitude, excluem a responsabilidade civil. O próprio artigo 483º/1 pressupõe a possibilidade de violação lícita de direitos de outrem ou de normas dirigidas a proteger interesses alheios, o que corresponde há intervenção de uma causa justificativa.

Existem, nesta matéria, duas causas gerais, sem disciplina expressa na lei civil, e duas causas especiais justificativas do facto, que se consagram a propósito do exercício e tutela dos direitos.

4.3.1. Causas Gerais

a. Exercício de um direito ou cumprimento de um dever

O facto danoso não é ilícito quando praticado no regular exercício de um direito ou no cumprimento de um dever jurídico. Isto quer dizer que, a pessoa que viola um direito alheio no exercício de um direito próprio não atua, em princípio, illicitamente (artigo 483º/1). Mas aqui, importa atender à doutrina do artigo 335º. Não se verifica
responabilidade dos que atuam no cumprimento de um dever jurídico. Existindo colisão de deveres que recaiam sobre a mesma pessoa, cabe ao agente dar prevalência ao mais importante, sendo essa supremacia determinada pelo valor do bem ou interesse que se visa proteger. A professora Ana Prata considera, ainda, que se os direitos pessoais são normalmente superior aos materiais, isto pode não ser sempre assim: quando estão em causa direitos pessoais, deve ceder-se na medida do necessário; se os direitos forem diferentes, prevalece aquele que for superior.

A invocação do cumprimento de um dever como causa justificativa só releva se o respetivo sujeito não contribui culposamente para a impossibilidade de satisfação de ambos. Ou seja, não se pode alegar o cumprimento de um dever de forma relevante se o próprio sujeito contribuiu com culpa para a impossibilidade de cumprir ambos. Assim como, se ocorre impossibilidade não imputável do cumprimento de um dos deveres, a ilicitude resulta excluída, sem que se torne necessário alegar a efetivação do outro.

4.3.2. **Causas Especiais**

b. **Ação Direta**

A ação direta consiste no recurso à força com o fim de realizar ou assegurar o próprio direito e está regulada no artigo 336º do Código Civil.

O princípio fundamental consiste na proibição da autodefesa, estabelecido no artigo 1º do Código de Processo Civil. Posto isto, é compreensível que a consagração da ação direta em termos gerais tenha sido feita com grande cautela.

Conforme o disposto no artigo 336º, nº1 e 3, a licitude da ação direta depende de quatro pressupostos:

1. Quando se trate de realizar ou assegurar um direito próprio;
2. Haja impossibilidade de recorrer em tempo útil aos meios coercivos normais;
3. O agente não exceda o estritamente necessário para impedir o prejuízo;
4. Não se sacrifiquem interesses superiores aos que se visam defender.

A ação direta subentende a ulterior necessidade de o agente regularizar a situação através do recurso aos meios coercivos normais, e deverá fazê-lo logo que seja possível. Mas, se o titular do direito proceder na convicção errónea de que se verificam os pressupostos justificativos da ação direta, continua a ser ilícita mas define-se como
ação direta putativa. No entanto, se este erro for desculpável, o agente não é obrigado a indemnizar os prejuízos causados – artigo 338º.

c. Legítima Defesa

A legítima defesa é realizada pelo próprio titular de um direito, ou por terceiro, contra uma agressão atual e ilícita a esse direito, quando não for possível, em tempo útil, o recurso à autoridade pública. O artigo 337º do Código Civil trata esta matéria e estabelece alguns requisitos:

1. Agressão atual e ilícita;
2. Impossibilidade de o defendente recorrer aos meios normais para afastar a agressão;
3. O prejuízo causado pelo ato não ser manifestamente superior ao que pode resultar da agressão.

Relativamente ao último requisito – o prejuízo não ser manifestamente superior ao que pode resultar da agressão – assinala-se uma diferença em confronto com a ação direta: na legítima defesa, pode haver desproporção entre os prejuízos, desde que não seja manifesta. Compreende-se que assim seja pela dificuldade normal do agente avaliar com rigor os prejuízos possíveis resultantes da agressão. No entanto, considera-se justificado o excesso de legítima defesa, sempre que devido a perturbação ou medo não censurável do agente (artigo 337º/2) – verificando-se, ainda, a isenção de responsabilidade civil. A defesa excessiva pode resultar de os meios utilizados serem mais graves que os necessários para afastar a agressão.

Prevê-se, ainda, a hipótese de erro acerca da existência dos pressupostos de legítima defesa – legítima defesa putativa.

d. Estado de Necessidade

Conforme é estipulado pelo artigo 339º/1, é lícita a ação daquele que destruir ou danificar coisa alheia com fim de remover o perigo atual de um dano manifestamente superior». Atendendo à letra da lei, parece que o preceito apenas admite o sacrifício de coisas ou direitos patrimoniais alheios, através do ato menos prejudicial do seu simples uso. A ideia de ponderação de interesses subjacente ao estado de necessidade torna-o suscetível de abranger situações em que se verifique a violação de bens pessoais. Se a
razão de ser dessa categoria dogmática radica no propósito de preservar bens jurídicos manifestamente mais valiosos, não se vê que os termos da equação tenham de alterar-se quando o bem jurídico sacrificado possua natureza não patrimonial. Trata-se de situações de verificação rara, uma vez que os bens de personalidade se apresentam, normalmente, mais valiosos do que os patrimoniais. Os casos práticos em que se revele uma supremacia dos bens patrimoniais sobre os pessoais serão de uma tão forte evidência que se tornará difícil deixar de considera-los abrangidos pelo espírito do artigo 339º/1.

Porém, há que ter presente a natureza extrema de tais situações que, por um lado, justificam o teor restritivo da lei, por outro lado, só poderão exatamente apreciar-se em função de cada hipótese concreta.

Os requisitos para que estejamos perante uma situação de Estado de Necessidade:

1. Exige-se a existência de um perigo atual;
2. Esse perigo deve ameaçar um direito ou bem jurídico relativo à pessoa ou património do agente ou de terceiro;
3. A conduta do agente deve constituir meio necessário para preservar o direito ou bem jurídico em causa;
4. Os interesses defendidos devem ser manifestamente superiores aos sacrificados.

Consoante a situação de necessidade seja ou não criada por culpa exclusiva do autor da destruição ou dano, o artigo 339º/2 estabelece soluções diversas:

- Se for criada com culpa exclusiva do autor, fica obrigado a indemnizar o lesado pelo prejuízo sofrido;
- Se não for criada com culpa exclusiva do auto, o Tribunal pode fixar uma indemnização equitativa e condenar não só o agente, como aqueles que tiraram proveito do ato ou contribuíram para o estado de necessidade.

Estas três figuras – ação direta, legítima defesa e estado de necessidade – constituem três formas de autotutela do direito, pelo que se torna difícil distinguí-las.

- A ação direta consiste no recurso à força, sob forma de ataque, com o fim de realizar ou assegurar por autoridade apropria a sanção de um direito já violado

Página 14 de 57
Responsabilidade Civil

do agente. Por exemplo, A apodera-se à força de uma coisa infungível que B lhe deve e se propõe a destruir.

- A legítima defesa e o estado de necessidade, por sua vez, apresentam o traço comum de a lesão do direito alheio em que se traduzem, ser para o efeito de defesa de um interesse ou em ameaçado.

Mas, quanto às duas últimas figuras, é necessário estabelecer também um ponto de diferenciação essencial:

- Na legítima defesa apenas se reage contra uma agressão ilícita (por exemplo, A atinge B em defesa da sua pessoa ou casa);

- No estado de necessidade, a situação de perigo de dano para o bem jurídico tanto pode resultar de uma agressão como de caso fortuito ou força maior (por exemplo, o capitão que lança o carregamento ao mar para impedir o naufrágio do navio).

Assim, podemos concluir que o traço fundamental de distinção assenta em que, na legítima defesa se reage contra quem criou a situação de perigo e no estado de necessidade se salvaguarda o bem jurídico.

O que podemos concluir é que o estado de necessidade é subsidiário em relação à legítima defesa, ou seja, o agente só pode proteger o seu direito com sacrifício da esfera jurídica de terceiro, quando não pode fazê-lo à custa da esfera jurídica do agressor.

e. Consentimento do Lesado

Nos termos do artigo 340º/1 e 2, o ato lesivo dos direitos de outrem é lícito, desde que o ofendido consinta na lesão. No entanto, o consentimento do lesado não exclui a ilicitude quando é contrário a uma proibição legal ou aos bons costumes.

O direito protege a esfera jurídica dos particulares através da ilicitude, contudo, se houver autorização do respetivo titular, essa lesão torna-se lícita. Desaparece, desta forma, o motivo da indemnização ou reparação em que se traduz a responsabilidade civil.

O consentimento do ofendido deve anteceder o ato, visto que, após a prática este, apenas pode verificar-se uma renúncia aos efeitos da ilicitude da lesão.
Responsabilidade Civil

Neste âmbito, existe uma presunção de consentimento. Admite-se o consentimento desde que, de acordo com um critério objetivo, seja presumível que o titular do interesse lesado tivesse permitido o ato lesivo – artigo 340º/3. Se, porém, o agente souber que o titular do bem se teria manifestado em sentido diverso, deve prevalecer este último critério subjetivo. Escusado será dizer que, evidentemente, este problema não se coloca quando o lesado exteriorizou a sua vontade.

Cabem na órbita do artigo 340º/3 as intervenções cirúrgicas indispensáveis ao tratamento de pessoas em estado de não poderem manifestar a sua vontade. No entanto, não parece que aí se incluam os casos de danos resultantes de participação do lesado nalgumas atividades particularmente perigosas. A própria letra da lei predispõe nesse sentido – nestas situações, poderá fazer-se apelo à ideia de um consentimento tácito. Ou seja, a simples participação nas mencionadas atividades envolve o consentimento do lesado, excluindo-se os casos de dolo do lesante e de inobservância das regras do jogo.

Haverá uma efetiva formação e manifestação da vontade, ao invés do que se sucede com o consentimento presumido, que é apenas ficcionado em função das circunstâncias concretas.

Uma vez que o consentimento tácito pressupõe uma conduta concludente, torna-se irrelevante uma vontade contrária.

f. Imputação do facto ao lesante. Culpa

Não basta que se verifique uma violação ilícita de um direito ou interesse juridicamente protegido de outrem. Impõe-se que se tenha procedido com culpa ou mera culpa. Isto vem estabelecido no artigo 483º, acrescendo que só existe responsabilidade independentemente de culpa quando a lei o especifica.

A culpa em sentido amplo consiste na imputação do facto ao agente. A responsabilidade civil, em regra, pressupõe a culpa, que se traduz numa determinada posição ou situação psicológica do agente para com o facto. Só excepcionalmente a lei se contenta com a existência, entre o facto e o agente, de um puro nexo material – artigo 483º/2.
Distinção entre ilicitude e culpa

A ilicitude encara o comportamento do autor do facto sob um ângulo objetivo, enquanto violação de valores defendidos pela ordem jurídica. Há um juízo de censura sobre o próprio facto. A culpa, por sua vez, pondera o lado subjetivo desse comportamento, ou seja, as circunstâncias individuais concretas que o envolveram – juízo de censura sobre o agente em concreto.

Imputabilidade: Mera culpa e dolo

A lei exige, em suma, que a violação ilícita dos direitos ou interesses de outrem esteja ligada a uma certa pessoa, para que se possa afirmar, não só que foi obra sua, mas que esta poderia e devia ter agido diversamente, nas circunstâncias concretas. A culpa implica, assim, uma ideia de censura ou reprovação da conduta do agente.

Mas quando se torna tal censura possível?

A imputabilidade é o primeiro pressuposto da culpa: consideram-se não imputáveis as pessoas que, no momento em que o facto ocorre, se encontrem privadas do discernimento suficiente para prever o dano – artigo 488º/1. Em relação aos menores de sete anos e aos interditos por anomalia psíquica, presume-se a falta de imputabilidade – artigo 488º/2.

Porém, conforme o artigo 489º/1 e 2, mesmo os não imputáveis podem ser condenados a reparar, total ou parcialmente, os danos causados nos casos em que não é possível obter a devia reparação das pessoas a quem incumbe a sua vigilância. Trata-se de uma responsabilidade subsidiária dos inimputáveis que se concretiza, por motivos de equidade, quando as pessoas obrigadas não tenham de responder ou quando há uma simples impossibilidade de conseguir destas a reparação.

O problema não se resume, obviamente, à imputabilidade do autor do facto ilícito. É necessário apurar a existência de culpa, ou seja, averiguar se a conduta é reprovável e em que medida.

Modalidades da culpa

- Mera culpa – consiste no simples desleixo, imprudência ou inaptidão. O resultado ilícito deve-se somente à falta de cuidado, imprevidência ou imperícia;
Responsabilidade Civil

- **Dolo** – o agente tem a representação do resultado danoso, sendo o ato praticado com a intenção malévola de produzi-lo, ou apenas aceitando-se reflexamente esse efeito.

  A professora Ana Prata considera que a distinção entre ambos é a intenção. Pode haver dolo sem que haja intenções danosas, mas para haver dolo, o agente tem que ter previsto a possibilidade de a consequência ocorrer e tem que, não tendo rejeitado essa possibilidade, adotado outro comportamento – o agente aceitou as consequências danosas.

**Categorias do dolo**

- **Dolo direto** – o autor do facto age com o intuito de produzir o resultado ilícito da sua conduta, que de antemão representou e quis (A, consciente e premeditadamente, publica um escrito atentatório contra o bom nome e reputação de B);

- **Dolo necessário** – o agente não tem intenção de causar o resultado ilícito, mas sabe que este constituirá uma consequência necessária e inevitável do efeito imediato que a sua conduta visa (A pretende tão-só incendiar a garagem de B, embora tenha consciência de que para isso destruirá forçosamente o automóvel de C. Caso leve por diante o seu propósito, haverá dolo direto em relação à garagem de B e dolo indireto quanto ao automóvel de C);

- **Dolo eventual** – o agente representa o resultado ilícito, mas o dano surge apenas como consequência meramente possível da sua conduta, atuando ele sem confiar que o mesmo não se produza. Há uma relação causal entre a conduta do agente e o evento danoso (A, empreiteiro, constrói um edifício, conhecendo a possibilidade, ainda que tecnicamente tão-só provável, de a obra vir a afetar a solidez de um prédio vizinho, propriedade de B).

Os efeitos entre o dolo e a mera culpa são os mesmos: aquele que viola ilicitamente direito ou interesse alheio fica constituído na obrigação de reparar os danos causados, quer tenha agido com dolo ou mera culpa (artigo 483º/1).

Desde que a lei não estabeleça outro critério, a culpa será valorada pela diligência de um bom pai de família ou homem médio – apreciação da culpa «in
Responsabilidade Civil

abstrato», e não segundo a diligência habitual do autor do facto ilícito – «in concreto» – artigo 487º/2.

Serve de paradigma a conduta que teria uma pessoa mediamente cuidadosa, atendendo à especificidade das diversas situações. Por homem médio entende-se o modelo de homem que resulta do meio social, cultural e profissional daquele indivíduo concreto e não o puro cidadão comum. É determinado a partir do círculo de relações em que está inserido o agente.

**Prova e presunções de culpa**

Incumbe ao lesado a prova de culpa do autor da lesão, a menos que haja presunção legal de culpabilidade – artigo 487º/1. A lei consagra presunções de culpa do responsável, que implicam uma inversão do ónus da prova – artigo 350º/1.

Mas as presunções são ilidíveis mediante prova em contrário – artigo 350º/2. Não se trata, consequentemente, de casos de responsabilidade objetiva.

A aplicação do artigo 487º remete para o princípio geral: aquele que invoca um direito tem o ónus de o justificar – este ónus cabe ao credor, que é o lesado. É um regime de responsabilidade delitual, e não um regime de responsabilidade obrigacional, aí há uma presunção de culpa do devedor (artigo 799º).

**Presunções de culpa**

1. **Danos causados por incapazes**

Presume-se a existência de culpa da parte das pessoas que, em virtude da lei ou de negócio jurídico, estavam obrigadas à sua vigilância. Estas respondem, a menos que mostrem que cumpriram o seu dever de vigilância ou que os danos se teriam produzido ainda que o tivessem cumprido – artigo 491º. Inclui-se a menoridade no quadro da «incapacidade natural».

Na doutrina portuguesa, há quem entenda que é aquela que determina a falta de imputabilidade. No entanto, não há um conceito que a defina, e este artigo vem na sequência do artigo 488º e 489º, logo fará sentido que as pessoas a quem se refere o artigo sejam os inimputáveis.
Responsabilidade Civil

A diligência e o cuidado exigível às pessoas obrigadas à vigilância começam antes da verificação do resultado. Para a professora Ana Prata há mais do que isso: há também uma presunção de ilicitude. O dever de vigilância é um dever legal, logo, violá-lo é ilícito.

2. Danos derivados de edifícios ou outras obras

Doutrina idêntica se consagra para o proprietário ou possuidor, a respeito dos danos derivados de edifícios ou outras obras que ruírem como consequência de vício ou construção ou defeito de conservação. Somente pode haver exclusão de responsabilidade por esses danos se o proprietário ou possuidor provar uma de duas coisas: (i) que não existiu culpa sua; (ii) ou que mesmo com a diligência devida, não se teriam evitado os danos – artigo 492º/1.

3. Danos causados por coisas ou animais

Existe também uma presunção de culpa em relação à responsabilidade de quem detenha coisa móvel ou imóvel com dever de vigiá-la. Casos exemplificativos são os do depositário, mandatário, tratador, pessoa interessada na aquisição do animal, etc. Afasta-se a responsabilidade através da prova da falta de culpa ou de que os danos se teriam igualmente verificado – artigo 493º/1. A lei prevê os danos produzidos pelas coisas ou pelos animais - se é o agente que provoca os danos com emprego das coisas ou dos animais, então vigora o regime geral da responsabilidade civil. A estatuição alarga-se aos danos decorrentes do exercício de uma atividade perigosa (por exemplo, fabrico de explosivos, navegação aérea, transporte de matérias inflamáveis).

Deve tratar-se de atividade que envolva uma probabilidade maior de causar danos do que a verificada nas restantes atividades em geral. Assim, apenas é excluída a responsabilidade derivada de tais danos, se o agente mostrar que empregou todas as providências exigidas pelas circunstâncias com o fim de os prevenir – artigo 493º/2.

O legislador, como se vê, limitou-se a fornecer ao intérprete uma diretriz genérica para identificação das atividades perigosas. Fixou, também, normas especiais relativamente aos veículos de circulação terrestre que, sem dúvida, ocasionam uma atividade perigosa: em vez da simples culpa presumida (artigo 493º/2), cabe-lhes o regime mais severo da responsabilidade pelo risco (artigos 503º a 508º). Este tratamento deve-se pela enorme frequência e características da circulação rodoviária e
ao facto de que se mostra inequívoco que o perigo criado corresponde a uma vantagem particular do utente.

Os danos causados por veículos de circulação terrestre encontram-se totalmente excluídos da norma do artigo 493º/2?

A interrogação põe-se porque a responsabilidade de quem utiliza tais veículos tanto pode basear-se no risco como na culpa.

Em certas hipóteses, apenas se responde havendo culpa e quando a fundamentação da responsabilidade permite formular uma pretensão indemnizatória que ultrapassa os limites fixados para a que se baseia no risco. De todos esses preceitos só um deles consagra uma presunção de culpa – artigo 503º/3. Daí a pergunta: quando esteja em causa a culpa do responsável deve aplicar-se a regra que impõe o ónus da prova ao lesado (artigo 487º/1) ou o regime próprio das atividades perigosas que estatui uma presunção de culpa (artigo 493º/2)?

O problema suscitou larga controvérsia. O Supremo Tribunal de Justiça, entretanto, definiu jurisprudência no primeiro sentido: pelo Assento nº1/80, estabeleceu-se que o disposto no artigo 493º/2 do Código Civil não tem aplicação em matéria de acidentes de circulação terrestre.

**Pluralidade de responsáveis**

Considera-se ainda o caso de serem vários os autores, instigadores ou auxiliares do ato ilícito. Quando tal se verifique, todos eles respondem pelos danos que hajam causado – artigo 490º, e a sua responsabilidade é solidária – artigo 497º.

g. **Dano**

Requisito da existência de responsabilidade civil é a verificação de um dano ou prejuízo a ressarcir. Apenas em função do dano o instituto realiza a sua finalidade essencialmente reparadora ou reintegrativa.

O facto ilícito culposo só determina a responsabilidade desde que cause um dano a terceiro. Saliente-se que não existe correlação entre a amplitude dos danos e a gravidade da culpa.
Responsabilidade Civil

Noção e espécies de dano

Cabe dizer-se, na perspetiva da responsabilidade civil, que dano ou prejuízo é toda a ofensa de bens ou interesses alheios protegidos pela ordem jurídica.

Classificações

1. Danos Patrimoniais e Danos Não Patrimoniais

_Danos patrimoniais_ são aqueles que incidem sobre interesses de natureza material ou económica, uma vez que se refletem no património do lesado. São, por exemplo, os estragos feitos numa coisa ou a privação do seu uso.

_Danos não patrimoniais_ são aqueles que se reportam a valores de ordem espiritual. Constituem danos não patrimoniais, por exemplo, o sofrimento ocasionado pela morte de uma pessoa, o desgosto derivado de uma injúria ou as dores físicas produzidas por uma agressão. Segundo a Professora Ana Prata, os danos não patrimoniais são objeto de indemnização, logo avaliáveis pecuniariamente. Os valores que são violados é que não são traduzidos em dinheiro.

O mesmo facto pode provocar danos das duas espécies, vejamos o caso da difamação. A difamação de que resultem não só sofrimentos morais, mas igualmente perdas económicas, mercê da diminuição da clientela profissional. Ocorrem, então, os chamados danos patrimoniais indiretos – situações em que a reparação abrangerá um aspeto duplo: à compensação do puro dano não patrimonial acresce a indemnização dos seus reflexos materiais.

2. Danos pessoais e Danos não pessoais

_Danos pessoais_ são aqueles que são produzidos em pessoas;

_Danos não pessoais_, por sua vez, verificam-se sobre coisas.

Tanto uns como outros podem apresentar-se como danos patrimoniais ou não patrimoniais.

3. Dano real e Dano de cálculo

_Dano real_ é o prejuízo que o lesado sofreu em sentido naturalístico, que pode analisar-se nas múltiplas formas possíveis de ofensa de interesses ou bens alheios juridicamente protegidos, de ordem patrimonial ou não patrimonial. Por exemplo a
Responsabilidade Civil

privação da vida, doença que se contrai, ferimentos, dores físicas, perda de um emprego ou afetação do bom nome e reputação.

_Dano de cálculo_ consiste na expressão pecuniária de tal prejuízo. Neste domínio, é necessária uma avaliação abstrata (ponderação objetiva do prejuízo sofrido) ou uma avaliação concreta (ponderação subjetiva desse mesmo prejuízo, em que se apura a diferença para menos produzida no património do lesado).

A professora Ana Prata referiu ainda o artigo 566º. A regra geral é a reconstituição natural; a indemnização privilegiada é a específica, e, por fim, a indemnização pecuniária só existe nos seguintes casos:

- A reconstituição natural não é possível;
- A reconstituição não repara integralmente os danos – há um complemento com a indemnização pecuniária da reconstituição natural, não é uma substituição;
- A reconstituição natural é excessivamente onerosa para o devedor.

Na avaliação concreta do dano de cálculo, opera-se com a teoria da diferença: deve confrontar-se a situação em que o património do credor da indemnização foi posto pela conduta lesiva – situação real – com a situação em que se encontraria se a mesma conduta não houvesse ocorrido – situação hipotética. Esta teoria está consagrada no nº2 do artigo 566º.

4. **Dano emergente e Lucro cessante**

- _Dano emergente («damnum emergens»)_ compreende a perda ou diminuição de valores já existentes no património do lesado;
- _Lucro cessante («lucrum cessans»)_ refere-se aos benefícios que ele deixou de obter em consequência da lesão – ao acréscimo patrimonial frustrado (artigo 564º/1).

Em princípio, tanto os danos emergentes como os lucros cessantes são indemnizáveis, no entanto, não é uma regra absoluta.

5. **Danos presentes e Danos futuros**

_Danos presentes_ já se verificaram, designadamente à data da fixação da indemnização;
Danos futuros são indemnizáveis na medida em que sejam previsíveis. Se essa previsibilidade for infalível, serão futuros certos; se forem apenas possíveis, serão danos futuros eventuais.

6. Danos diretos e Danos indiretos

Os danos diretos resultam imediatamente do ato ilícito, os indiretos são os restantes. Figure-se a seguinte hipótese: A agride B, que tem de ser longo tempo hospitalizado e, em consequência disso, sofre prejuízos profissionais. A lesão corporal de B constitui um dano direto e os reflexos daí decorrentes para a sua profissão representam dano indireto.

7. Dano positivo e Dano negativo

Dano positivo destina-se a colocar o lesado na situação em que se encontraria se o contrato fosse exatamente cumprido. Reconduz-se aos prejuízos que decorrem do não cumprimento definitivo do contrato ou do seu cumprimento tardio ou defeituoso;

Dano negativo tende a repor o lesado na situação em que estaria se não houvesse celebrado o contrato. Encara-se o prejuízo que o lesado evitaria se não tivesse confiado que o responsável cumpriria os específicos deveres a eles inerentes e derivados da boa-fé.

Ressarcibilidade dos danos não patrimoniais

A orientação dominante pronuncia-se no sentido afirmativo. Entende-se que os danos não patrimoniais, embora insuscetíveis de uma verdadeira e própria reparação ou indemnização, podem ser, em todo o caso, de algum modo compensados. E mais vale proporcionar à vítima essa satisfação do que deixá-la sem qualquer amparo.

O Código Civil admite a indemnização dos danos patrimoniais que «pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito» – artigo 496º/1.

Observe-se que a lei não os enumera, antes confia ao tribunal o encargo de apreciar se o dano não patrimonial se mostra digno de proteção jurídica. Serão irrelevantes os pequenos incómodos ou contrariedades, assim como os sofrimentos ou desgostos que resultam de uma sensibilidade anómala.
O atual Código Civil consagra a doutrina já contida na legislação anterior, que aceitava a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais. Porém, não foi inteiramente feliz na formulação e localização da sua disciplina, visto que deixava margem para dúvidas.

A circunstância de se incluir o princípio na sequência de um conjunto de preceitos relativos à indemnização por lesão corporal, sobretudo quando ocasiona a morte da vítima (artigo 495º), e de se contemplar o cálculo da indemnização a respeito desta hipótese expressa – artigo 496º/2 e 3 – não constitui obstáculo a que se reconheça genericamente admitida a ressarcibilidade dos danos não patrimoniais. Estes devem atender-se sempre que, dada a sua gravidade ou relevância jurídica, caiba qualificá-los como indemnizáveis.

Quanto à responsabilidade civil pelo risco, a solução logo decorre de se lhe estenderem as disposições respeitantes à responsabilidade por fatos ilícitos (artigo 499º). Também se afigura justificada relativamente à responsabilidade que derive de intervenções lícitas. Sabemos que não há entre a responsabilidade contratual e a extracontratual, diferenças essenciais que fundamentem outra conclusão. Embora no domínio do incumprimento das obrigações em sentido técnico se produzam tais danos com menor frequência e intensidade, podem verificar-se hipóteses em que bem se justifique uma compensação por danos não patrimoniais, dentro do critério do artigo 496º.

É pouco convincente a alegação de uma dificuldade acrescida que exista, em certos casos, na prova e apreciação desses danos. Sempre funciona o requisito de que os danos não patrimoniais apresentem suficiente gravidade. De resto, a lei refere-se apenas ao prejuízo causado ao credor pelo inadimplemento, sem que estabeleça distinção alguma entre danos patrimoniais e não patrimoniais – artigos 798º e 804º/1.

Admite-se, então, a plena consagração, tanto do princípio da ressarcibilidade dos danos patrimoniais (artigo 496º/1), como do critério de fixação equitativa da indemnização correspondente (nº3).

Em qualquer caso, a determinação do montante indemnizatório ou compensatório que corresponde aos danos não patrimoniais se calcule segundo critérios de equidade.

No nº4 do artigo 496º, a lei adverte para que se tenha em conta as circunstâncias, remetendo para o artigo 494º:
Responsabilidade Civil

- O grau de culpa do agente;
- Situação econômica patrimonial relativa das partes;
- A existência, ou não, de seguro.

Danos puramente patrimoniais

São danos reflexamente sofridos por terceiro. Por exemplo, a situação em que alguém causa lesões a outrem, que fica incapacitado, e a empresa empregadora deste trabalhador sofre grandes danos pela sua ausência. Neste caso, quem tem legitimidade para pedir indemnização é apenas aquele que foi diretamente lesado – é a posição maioritária da doutrina portuguesa. Mas, fora dos casos legalmente previstos, os terceiros que sofram danos não têm direito a indemnização.

h. Nexo de causalidade

Além do facto e do dano, exige-se que entre os dois elementos exista uma ligação: que o facto constitua causa do dano. Não há que ressarcir todos e quaisquer danos que sobrevenham ao facto ilícito, mas apenas os que ele tenha na realidade ocasionado.

O nexo de causalidade desempenha a dupla função de pressuposto da responsabilidade civil e de medida da obrigação de indemnizar.

Este domínio levanta consideráveis dificuldades. Exemplifiquemos:

1. Quando o dano se apresenta como resultado direto e atual do facto ilícito, o problema não oferece margem para dúvidas – A injuria B; C atinge D. O resultado é direto do facto ilícito.

2. Mas nem sempre as situações se configuram com essa simplicidade. Amiudadas vezes, interferem causas indiretas ou virtuais. Por exemplo, se G produz a H uma pequena lesão corporal, responderá pela sua morte, verificada em consequência de uma doença epidémica que contraiu no hospital? E se a morte de H foi devida a anestesia que o ferimento tornou necessária?

3. E se I coloca um engenho explosivo no automóvel de J, que, antes de aquele produzir os seus efeitos, é destruído numa colisão com uma viatura de L. Que responsabilidade civil deriva para I e para L?
Com estas hipóteses, apenas se pretende criar sensibilidade ao problema. Conclui-se-á que, muitas vezes, a determinação do nexo causal entre o facto e o dano se mostra expedita.

**Sujeitos da relação de indemnização**

O problema da definição de quem está obrigado a reparar os danos resultantes do facto ilícito ficou anteriormente respondido: trata-se da pessoa ou pessoas às quais, nos termos da lei, se atribui a conduta constitutiva da responsabilidade.

Se existirem vários responsáveis pelos prejuízos, o artigo 497º/1 declara a sua responsabilidade solidária. A lei refere-se a todos os que produziram o dano, sejam autores, instigadores ou auxiliares (artigo 490º), valendo a solução também para outros responsáveis:

- Pessoa obrigada a vigilância (artigo 491º);
- Comitente (artigo 500º);
- Estado (artigo 501º).

Se apenas alguns dos solidariamente responsáveis forem culpados, só em relação a estes é admitido o direito de regresso. Portanto, os culpados não têm igual direito contra os não culpados. No entanto, entre os culpados, funciona o critério do grau de culpabilidade e dos resultados produzidos.

A titularidade do direito à reparação cabe à pessoa ou pessoas a quem pertence o direito ou interesse juridicamente protegido que a conduta ilícita violou. Por exemplo, A, pianista famoso, compromete-se para com B, empresário, a dar um concerto, no dia X, em determinada casa de espetáculos; na hipótese de A sofrer uma agressão de C, resultando impossibilitado de cumprir o contrato, nem por isso este fica obrigado a indemnizar o empresário B, mas apenas A.

Contudo, em algumas situações excecionais: admite-se que outras pessoas, além do ofendido, tenham direito a exigir indemnização. O artigo 495º do Código Civil disciplina a reparação a terceiros em caso de morte da vítima ou de simples lesão corporal.

A lei indica como terceiros com direito a indemnização:

- Os que socorreram a vítima (artigo 495º/2);
- Os estabelecimentos hospitalares;
• Os médicos ou outras pessoas ou entidades que hajam contribuído para o seu tratamento ou assistência (artigo 495º/2);
• Os que legalmente lhe podiam exigir alimentos;
• Aqueles a quem a vítima prestava alimentos em cumprimento de obrigação natural (artigo 495º/3).

No caso morte, têm ainda direito à indemnização os que fizeram despesas para salvar a vítima ou outras (como, por exemplo, o funeral – artigo 495º/1). Relativamente à reparação de danos não patrimoniais, verificando-se a morte da vítima, esse direito é atribuído, com exclusividade, pela seguinte ordem:
• Ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e aos filhos ou outros descendentes que os representem;
• Na sua falta, aos pais ou outros ascendentes;
• E, por último, aos irmãos ou sobrinhos, com direito de representação (artigo 496º/2).

Foram razões de certeza e de segurança que levaram o legislador a restringir a referida indemnização às pessoas enumeradas e segundo essa ordem de precedências, embora, nalguns casos, a realidade possa apresentar-se diversa. A solução assenta em presunções de experiência.

Prescrição

O artigo 498º/1 determina dois prazos prescricionais para o direito de indemnização:
• Três anos, a contar da data em que o lesado tenha conhecimento do seu direito (ou seja, da verificação dos pressupostos de que este depende), embora com desconhecimento da pessoa do responsável e da extensão integral dos danos. Prescreve, igualmente, no prazo de três anos, a partir do cumprimento, o direito de regresso entre responsáveis – artigo 498º/2;
• Prazo ordinário de vinte anos, a contar do facto danoso (artigo 309º). Se o facto ilícito constituir crime para que a lei penal consagre um prazo mais longo, será este o prazo aplicável – artigo 498º/3). Advirta-se que a prescrição do direito
de indemnização não importa prescrição das ações de reivindicação ou de restituição resultante do enriquecimento sem causa, que, por ventura, tenham lugar – nº4.

*Teoria da Causalidade Necessária - «sine qua non»*

Surge do pensamento positivista e entende que é causa de um dano, todo o facto que foi condição necessária do dano.

*Teoria da Causalidade Adequada*

Esta teoria considera que uma condição sine qua non o dano – sem ela o dano não teria acontecido – só pode ser a causa dele se, nas condições de vida normais, for idónea, capaz e adequada a produzir aquele tipo de dano/consequência. É preciso que, em concreto, a condição esteja apta a produzir aquele dano.

A teoria da causalidade adequada tem duas vertentes:

- **Formulação positiva:** o facto só será causa do dano sempre que, verificado o facto, se possa prever o dano como consequência natural ou como efeito provável dessa verificação;

- **Formulação negativa:** o facto que atuou como condição do dano deixa de ser considerado como causa adequada quando, para a produção, tiverem contribuído, decisivamente, circunstâncias anormais, extraordinárias ou anómalas, que intercedam no caso concreto.

Em muitas ordens jurídicas o nexo de causalidade está a ser utilizado como filtro das indemnizações – a recusa é feita alegando que não há relação causal entre o facto e o prejuízo em particular.

*Punitive Damages*

Referem-se a casos de responsabilidade de empresas que provocam danos por produtos com defeitos, ou outras coisas, a múltiplas pessoas. É um instituto de natureza sancionatória que visa dissuadir a continuação da atividade, em certos termos, das empresas, por razões económicas.

*Causa Virtual/Causa Hipotética*

É a causa que, podendo ter desencadeado o dano, acabou por não o provocar.
Relevância Positiva

O autor da causa virtual seria responsabilizado pelo dano nos mesmos termos que o autor da causa real. Isto implicaria prescindir do nexo de causalidade, já que este é interrompido pela causa real, o que levaria a que o autor da causa virtual fosse responsável por danos que não resultaram do seu comportamento.

Relevância Negativa

O autor da causa virtual não é responsabilizado, mas a existência desta causa virtual serve para afastar a responsabilidade do autor da causa real. Esta é a posição admitida em alguns casos na lei onde se admite que a responsabilidade do agente possa não ocorrer, se ele demonstrar que o dano seria igualmente causado por outro fenómeno.

5. Responsabilidade pelo risco

Sabemos que, em regra, a ilicitude e a culpa são requisitos da responsabilidade civil extracontractual – artigo 483º/2: surge a obrigação de reparar quando os danos ocasionados a terceiro resultam de um facto ilícito imputável a conduta culposa. E a exigência da culpa atribui à responsabilidade civil um valor educativo. Embora predominem princípios da responsabilidade subjetiva (baseada na culpa), sancionam-se situações excepcionais de responsabilidade objetiva (pelo risco), que se traduzem independentes de dolo ou de simples culpa da pessoa obrigada a reparação.

Dispensa-se a culpa do agente ou responsável – é este o elemento que individualiza o conceito.

Teoria do Risco

Esta teoria tem inspirado o instituto – a responsabilidade pelo risco representa a mais importante e vasta categoria de hipóteses de responsabilidade objetiva. Se alguém exerce uma atividade criadora de perigos especiais pode responder pelos danos que ocasiona a terceiros. Nesse caso, o dever de indemnizar resulta de uma conduta perigosa do responsável.

Existem certas atividades humanas que envolvem o risco de causar prejuízos a terceiros, mas a lei não proíbe em virtude de serem socialmente úteis. Apenas se
Responsabilidade Civil

responsabilizam as pessoas que as exercem perante os danos que eventualmente venham a produzir, embora sem culpa.

Na realidade, em tais hipóteses, a obrigação de indemnizar os danos causados a terceiros não depende de culpa. Conclui-se, então, que a responsabilidade objetiva não depende de ilicitude e de culpa. Não existe, portanto, o problema da sua alegação e prova. Aspeto diverso é o do nexo causal entre o facto e o dano que resultou para o lesado.

**Casos de Responsabilidade pelo Risco**

Razões de certeza e de segurança jurídica levam o legislador a especificar as atividades perigosas que constituem fontes de responsabilidade. É nas regras imediatas que o Código Civil indica algumas hipóteses de responsabilidade pelo risco (artigos 500º e seguintes).

a. **Responsabilidade do Comitente**

Nos termos do artigo 500º, para que se verifique responsabilidade objetiva do comitente, impõem-se requisitos:

- **Existência de uma relação de comissão,** traduzida num vínculo de autoridade e subordinação respetivas. Exige-se que uma pessoa tenha encarregado outra, gratuita ou onerosamente, de uma comissão ou serviço, consistindo num ato isolado ou numa atividade duradoura. O que importa é que o comissário, nomeado ou aceite pelo comitente, se encontre numa relação de subordinação ou dependência quanto a este último, de maneira que ele possua o direito, não só de dar-lhe ordens ou instruções precisas sobre a finalidade e os meios de execução da comissão, mas também de fiscalizar diretamente o seu desempenho. Concebe-se este requisito fora de um contexto negocial (por exemplo, com base em relações familiares). No entanto, ocorre as mais das vezes alicerçado num contrato de trabalho, que se caracteriza precisamente pela subordinação de uma das partes à outra. Diverso é o caso da empreitada, em que o direito de fiscalização reconhecido ao dono da obra não afeta a independência do empreiteiro – artigo 1290º. Exclui-se, em princípio, a relação de comissão quanto a certas profissões, como a dos médicos e a dos advogados, pois não se admite uma subordinação para com os clientes nos termos indicados;
Recair também sobre o próprio comissário «a obrigação de indemnizar» (artigo 500º/1), tornando-se necessário que este haja praticado com culpa o facto ilícito causador do dano. A responsabilidade que apreciamos apenas se apresenta objetiva a respeito do comitente; no que toca ao comissário, terá um qualquer desses fundamentos;

A prática do facto danoso tem de ser no exercício da função confiada. A lei abrangeunicamente os atos ligados ao serviço, atividade ou cargo, embora exista apenas um nexo instrumental, excluindo os praticados por ocasião da comissão com um fim ou interesse que lhe seja estranho. Subsiste a responsabilidade do comitente, mesmo que o comissário tenha agido intencionalmente ou contra as suas instruções – artigo 500º/2.

A exigência de que sobre o comissário recaia também a obrigação de indemnização constitui simples pressuposto da responsabilidade objetiva do comitente. Dispensa essa responsabilidade, caso se apure uma conduta culposa deste último, que responderá por facto ilícito.

A culpa do comitente pode referir-se:

- À escolha do comissário «culpa in eligendo»;
- Às instruções ou ordens que lhe deu «culpa in instruendo»;
- À fiscalização da respetiva atividade «culpa in vigilando».

**Indemnização**

A este respeito, estabelece o artigo 500º/3, que o comitente que a satisfaça tem o direito de exigir do comissário o reembolso de tudo quanto haja pago, a menos que haja também culpa da sua parte, remetendo para o disposto no artigo 497º/2. Atribui-se ao comitente tão-só a posição de garante da indemnização que o comissário culposo deva satisfazer ao lesado. A lei transfere do terceiro para o comitente os efeitos da eventual insuficiência do património do comissário.

**Regime**

- Se existe apenas culpa do comissário, o comitente que indemnize o terceiro tem direito de exigir daquele, tudo o que pagou – artigo 500º/3;
Responsabilidade Civil

- Havendo só culpa do comitente, caber-lhe-á o ressarcimento integral dos danos, nos termos da responsabilidade por factos ilícitos;
- Caso se verifique culpa do comissário e do comitente, ambos respondem solidariamente para com o lesado, mas no plano das relações internas (entre eles), o encargo repartir-se-á em função das respetivas culpas – artigo 500º/3 e 497º/2.

Embora não constituia requisito da responsabilidade objetiva, a culpa pode influir no correspondente regime jurídico. Se a responsabilidade do comitente e do comissário for objetiva, nas relações internas, a obrigação de indemnizar cabo aos dois.

**b. Responsabilidade do Estado e de outras pessoas coletivas públicas**

Determina o artigo 501º que o Estado e demais pessoas coletivas públicas respondem civilmente por danos causados a terceiros pelos seus órgãos, agentes ou representantes no exercício de atividades de gestão privada, nos termos em que os comitentes respondem pelos danos causados pelos seus comissários. Repare-se que se trata de responsabilidade em relação aos atos dos órgãos, agentes ou representantes de tais entidades, no âmbito da sua gestão privada. De harmonia com o critério comum, a atividade diz-se de gestão pública quando decorre sob a égide do direito público, ou gestão privada se decorrer do direito privado. A distinção releva para determinar a jurisdição competente, isto é, se o conhecimento do pedido pertence aos tribunais administrativos ou judiciais.

- Constituem atos de gestão pública a detenção de uma pessoa pela polícia, a sentença de um juiz ou o registo de um imóvel feito pelo conservador do registo predial. Importa que a atividade se dirija à realização de fins típicos ou específicos da entidade pública, através dos meios que lhes são próprios.
- Qualificam-se como atos de gestão privada a compra de mobiliário destinado a uma escola ou o arrendamento de um edifício para a instalação dos serviços camarários.

**c. Danos causados por animais**
O artigo 502º sanciona a responsabilidade objetiva dos que utilizam quaisquer animais no seu próprio interesse, relativamente aos danos que os mesmos causarem, «desde que os danos resultem do perigo especial que envolve a sua utilização».

**Perigo especial:** perigo característico ou típicos dos animais utilizados, variando com a natureza destes.

Exige-se que o dano se encontre numa adequada correlação com o perigo específico do animal (por exemplo, quando um cavalo se espanta), daí que se afaste a responsabilidade objetiva quando o dano se mostre consequência física que move o corpo do animal, ou se este segue apenas a vontade da pessoa que o conduz, ou ainda se causou dano como o produziria uma coisa inanimada (por exemplo, quando uma pessoa tropeça num cão tranquilamente deitado, ou se o mesmo serve de objeto de arremesso).

Encontram-se abrangidos pela formulação do artigo 502º, todos os que utilizarem animais no interesse próprio, sendo proprietários ou como se o fossem. Exclui-se, por exemplo, o que experimenta um animal antes de o adquirir. Esse, sim, responde nos termos do artigo 493º/1, que estabelece uma presunção de culpa em relação a quem tenha assumido o encargo de vigilância de quaisquer animais.

Perante o lesado, poderá verificar-se concorrência dos pressupostos das duas formas de responsabilidade previstas nos artigos 493º e 502º. Pense-se, designadamente, que a pessoa que utiliza o animal confia a outrem a vigilância deste. À responsabilidade do utente pelo risco (artigo 502º), acresce a responsabilidade do vigilante baseada em facto ilícito.

d. **Acidentes causados por veículos de circulação terrestre**

Os danos ocasionados por veículos de circulação terrestre – artigos 503º e 508º, mereceram uma atenção especial por parte do legislador. O que se justifica, dada a importância que a matéria reveste.

**Pessoas responsáveis**

De acordo com o artigo 503º/1, quem tiver a direção efetiva de qualquer veículo de circulação terrestre e o utilizar no seu próprio interesse, responde pelos danos provenientes dos riscos próprios do veículo, mesmo que por intermédio de comissário ou que o veículo não se encontre em circulação.
Responsabilidade Civil

Responde pelos danos que o veículo ocasione quem tenha poder de facto sobre ele e o utilize em proveito próprio, mesmo que através de comissário. Aqui, é indiferente que o veículo se encontre ou não em circulação – artigo 503º/1. O responsável, aqui, é o detentor.

- Deverão cumular-se dois requisitos:
  - A direção efetiva do veículo;
  - O interesse próprio na sua utilização.

A lei pretende, assim, a definição da pessoa ou pessoas que criam o risco especial da utilização do veículo, que fundamenta a responsabilidade objetiva. A titularidade do direito sobre o veículo não representa elemento decisivo. O interesse próprio pode ser patrimonial ou não patrimonial, mas terá de tratar-se de um interesse próprio. O detentor será o proprietário do veículo, ou um usufrutuário ou adquirente com reserva de propriedade. Todavia, a responsabilidade objetiva também pode caber a um locatário ou comodatário.

- Quanto aos inimputáveis, remete-se para o artigo 489º.
- Aquele que conduz o veículo por conta de outrem – em vez ou por incumbência de outra pessoa, só responde pelos danos que culposamente causar. É indiferente que a sua atividade se esgote nessa condução. A lei consagra uma presunção de culpa, em consequência da qual o condutor resultará responsabilizado sempre que não consiga ilidí-la (artigo 503º/3/1ºparte).

Porém, apenas existe responsabilidade objetiva do condutor quando ele dirija o veículo fora das suas funções de comissário: responde nos termos do detentor (artigo 503º/3/2ºparte). A responsabilidade objetiva do condutor abusivo isenta a da pessoa por conta de quem o veículo é normalmente dirigido.

Nos casos em que haja responsabilidade do detentor e do condutor, estes respondem solidariamente. Operará o direito de regresso – artigos 500º/3 e 507º. Existindo culpa do condutor, pode verificar-se a responsabilização do detentor do veículo como tal, isto é, porque cria o respetivo risco que garante a obrigação indemnizatória do comissário.

**Beneficiários da responsabilidade**

Neste âmbito, é fundamental analisar todo o artigo 504º:
i. **Terceiros**

O conceito de terceiros abrange, aqui, os que se encontravam fora do veículo e as pessoas ocupadas na atividade do veículo (motorista, maquinista, cobrador ou fiscal de transportes coletivos), sempre que o acidente se relacione com os riscos que são próprios daquele.

ii. **Pessoas transportadas em virtude de contrato**

Trata-se de contrato de transporte oneroso, mas abrange, por exemplo, o médico, o engenheiro ou o advogado ao serviço do transportador, mas não utilizados na atividade do veículo. O transporte constitui nesse caso uma das contrapartidas ou remunerações dos serviços prestados. Declara a lei que a responsabilidade objetiva abrange apenas os danos que atinjam as próprias pessoas ou as coisas que elas transportem, objetos de uso pessoal ou bagagens. Excluem-se, consequentemente, da responsabilidade objetiva, as coisas não transportadas com a pessoa e as pessoas enumeradas nos artigos 495º/2, 3 e 496º/2.

iii. **Transporte gratuito**

Nesta hipótese, a responsabilidade cobre apenas os danos pessoais sofridos pelo transportado. E contempla os casos de natureza contratual ou por mera cortesia ou benevolência – nº3.

iv. **Nulidade das cláusulas que excluam ou limitem a responsabilidade**

Constitui uma norma de ordem pública. Visa-se a proteção da vida e da integridade física dessas pessoas, procurando evitar que o transportador abrande o cumprimento dos seus deveres de diligência e de cuidado para com elas. O preceito reporta-se às cláusulas incluídas no contrato de transporte, ou seja, às relações entre o transportador e o transportado.

*Causas de Exclusão de Responsabilidade*

Dispõe o artigo 505º que a responsabilidade fixada pelo artigo 503º/1 só é excluída quando o acidente for imputável ao próprio lesado ou a terceiro, ou quando resulte de causa de força maior estranha ao funcionamento do veículo. Utiliza-se, aqui,
a palavra «imputável» no sentido de o acidente se apresentar como consequência de facto atribuível ou devido ao lesado ou a terceiro.

Do referido preceito, inferem-se as seguintes causas de exclusão de responsabilidade objetiva:

- **Facto do próprio lesado** – resultar o acidente de facto do próprio lesado, culposo ou não. Por regra, será censurável mas crê-se que o legislador fixou como exclusivo pressupostos a exigência de que o facto do lesado constitua a causa única do acidente. Se esse facto apenas concorrer para o sinistro, verificando-se a culpa do condutor, caberá ao tribunal, nos termos do artigo 570º, decidir sobre o montante ou até a exclusão da indemnização;

- **Facto de terceiro** – dever-se o acidente a facto de terceiro, com ou sem culpa sua. Também agora se trata de um simples problema de ligação causal dos danos verificados ao facto de terceiro, ou seja, dever-se o acidente tão-só a este. Se existir concorrência de culpas entre o condutor e o terceiro, reparte-se correspondentemente a responsabilidade (artigo 497º). Assim como, havendo culpa o lesado e do terceiro, se aplica o disposto no artigo 570º;

- **Causa de força maior** – ser o acidente produzido por causa de força maior estranha ao funcionamento do veículo. Cumpre distinguir entre os acidentes que resultem de caso fortuito (qualquer risco inerente ao funcionamento das coisas ou maquinismos que o agente utiliza) de caso de força maior (uma força da natureza estranha a essas coisas ou maquinismos. Nos termos do artigo 505º, apenas se afasta a responsabilidade com tal fundamentação, se o acidente resultar de uma causa de força maior. Havendo culpa do detentor ou condutor do veículo, o caso de força maior que com ela porventura concorra não evita a sua responsabilidade. Constitui uma circunstância atendível para efeitos de limitação equitativa da indemnização em hipótese de mera culpa – artigo 494º.

**Colisão de Veículos**

Preceitua o artigo 506º que «se da colisão entre dois veículos resultarem danos em relação aos dois ou em relação a um deles, e nenhum dos condutores tiver culpa no acidente, a responsabilidade é repartida na proporção em que o risco de cada um dos veículos houver contribuir para os danos; se os danos forem causados somente por um
Responsabilidade Civil
dos veículos, sem culpa de nenhum dos condutores, só a pessoa por eles responsável é obrigada a indemnizar». Este artigo encara, «expressis verbis», a colisão de veículos. A sua doutrina aplica-se, todavia, analogicamente a outras situações em que colaborarem na produção do dano coisas diversas subordinadas ao regime da responsabilidade pelo risco.

a. Ausência de culpa dos condutores

Haverá que distinguir se os danos são produzidos por um só ou por ambos os veículos: (i) Se os danos são produzidos por um dos veículos, apenas o detentor do veículo que originou os danos é obrigado a indemnizar; (ii) se, porém, os danos são produzidos por ambos os veículos, a responsabilidade reparte-se na proporção em que o risco de cada um dos veículos tenha contribuído para os danos, sendo indiferente que estes se verifiquem sobre os dois veículos ou só quanto a um deles.

A letra do artigo 506º reporta-se apenas a danos relativos aos veículos, mas parece manifesto que a mesma solução deve abranger todos os prejuízos resultantes da colisão e indemnizáveis de acordo com os preceitos anteriores.

Problema não menos discutido era o da reparação dos danos provocados pela referida colisão de veículos às pessoas transportadas gratuitamente. Dado que o transportador só respondia em relação ao passageiro quanto aos danos produzidos com culpa, poderia tal passageiro reclamar do responsável pelo risco do outro veículo a inteira indemnização do prejuízo ou apenas a indemnização correspondente à proporção em que o risco desse veículo concorreu para o dano? Pelo que toca aos danos pessoais, a questão encontra-se resolvida, em face da nova redação do artigo 504º. E relativamente aos danos não pessoais?

A resposta oferece dúvidas. Propende-se para reconhecer maior razoabilidade pela segunda solução. O legislador afastou do Código Civil o preceito do respetivo Anteprojeto que consagrava a aludida responsabilidade parcial, proporcionada ao risco do veículo, mas não impôs doutrina diversa. Portanto, posto isto, poderá dizer-se que o problema ficou aberto à solução que parecesse mais equitativa.

b. Culpa de um dos condutores ou de ambos
Responsabilidade Civil

Na última hipótese, mercê do concurso recíproco de culpas, deve atender-se, para fixação da indemnização, ao que dispõe o artigo 570º. Em caso de dúvida, reputa-se igual contribuição da culpa de cada um dos condutores (artigo 506º/2).

6. Danos indemnizáveis

Os princípios gerais da responsabilidade civil apontam para todos os prejuízos causalmente ligados ao acidente provocado pelo veículo. Todavia, o artigo 503º/1, consagra uma norma especial que se refere apenas aos danos provenientes dos riscos próprios do veículo, mesmo que este não se encontre em circulação. É indispensável que os danos traduzam a indicada especificidade dos riscos. Desde que ela se verifique, tanto abrange (i) os danos provocados por veículos em circulação, na via pública ou num recinto privado (ii) ou mesmo fora de qualquer via, como os devidos a veículos estacionados.

Não importa que os acidentes estejam ligados ao maquinismo ou ao condutor. O perigo de doença súbita de quem dirige uma viatura cabe nos «riscos próprios do veículo».

Os danos que não correspondam à fórmula do artigo 503º/1, isto é, os relacionados com riscos estranhos ao veículo, ficam de fora da responsabilidade objetiva nele consagrada. Mas poderão ser indemnizados no âmbito da responsabilidade por factos ilícitos.

Limites da Responsabilidade

O legislador estabeleceu limites máximos para indemnização dos danos provenientes de veículos em caso de responsabilidade pelo risco. Trata-se de uma responsabilidade em que é interessante recordar o caminho percorrido pelo artigo 508º. A sua versão originária distingue-se os danos causados em pessoas ou em coisas, assim como os montantes máximos individuais e totais. Os limites máximos, por sua vez, foram-se desatualizando, daí que o nosso legislador, uma segunda redação, estabeleceu como elemento de referência o valor da alçada dos tribunais de segunda instância. A única alteração operada consistiu na substituição do sistema de fixação dos montantes indemnizatórios. Entretanto, chegamos a nova redação do artigo 508º: visou-se
aproximar o direito português dos critérios comunitários respeitantes aos valores máximos da indemnização. Só que a versão dada ao artigo 508º perdeu em clareza e apuro técnico. Tornou-se agora como referência o capital mínimo do seguro obrigatório da responsabilidade civil automóvel previsto para as várias situações. Assinalemos que, verificando-se concorrência de riscos na colisão de veículos, os limites máximos só operam depois de repartida a responsabilidade pelo modo determinado no artigo 506º. Diversamente do que sucedia nas versões anteriores do artigo 508º/2, deixa-se de se prever a indemnização sob a forma de renda anual. Parece, contudo, que, ressalvados os limites máximos estabelecidos, não existe impedimento a que se utilize essa modalidade de indemnização nos termos gerais do artigo 567º.

Havendo mais que um lesado, impõe-se a presença de todos como autores da ação de indemnização. Trata-se de um caso de legitimidade plural na vertente de coligação necessária. Se nem todos os lesados propuserem a ação de responsabilidade civil baseada no risco, ocorre numa situação de ilegitimidade cativa. É sanável por intermédio do incidente de intervenção principal provocada.

**Pluralidade de Responsáveis**

Pense-se, por exemplo, na concorrência de responsabilidade do dono do veículo e do condutor – artigo 503º/1 e 3. Em face de terceiros ou das pessoas transportadas, os vários responsáveis respondem solidariamente – artigo 507º. Mas, nas relações internas, há que distinguir as seguintes hipóteses: (i) não se verificando culpa de qualquer dos responsáveis (isto é, se existe apenas concorrência de riscos), a obrigação de indemnizar reparte-se de harmonia com o interesse de cada um na utilização do veículo – critério que vale, tanto no caso de os danos terem resultado de um veículo utilizado por diversas pessoas, como no caso de serem produzidos por mais do que um veículo; (ii) se apenas algum dos responsáveis teve culpa (isto é, produzindo-se concorrência entre culpa e risco – artigo 507º/1), somente aquele responde, cabendo ao responsável pelo risco que satisfaça a indemnização o direito de regresso por inteiro contra ele, mas não inversamente – artigos 507º/2/2º parte e 497º/2.

Uma situação de pluralidade de responsáveis merece especial referência: a que inúmeras vezes resulta de um mesmo facto danoso revestir a simultânea qualidade de acidente de viação e de acidente de trabalho. Existirá mais do que um responsável,
sempre que o detentor do veículo e a entidade empregadora não sejam uma única pessoa.

A disciplina jurídica apresenta-se clara: aquele pode exigir a indemnização ao responsável pelo veículo ou à entidade empregadora. Se o lesado recebeu da entidade empregadora a indemnização que lhe é devida, nada mais terá a reclamar do responsável pelo acidente de viação, e vice-versa, sendo indemnizado por este último. Somente se excetuá a hipótese de o quantitativo de uma das indemnizações exceder o da outra.

A vítima poderá então exigir a diferença, assim: se o responsável pelo acidente de viação satisfez a correspondente indemnização, o lesado não fica impedido de obter da entidade empregadora a diferença entre o que recebeu daquele e a maior indemnização que se calcule de harmonia com a legislação do trabalho. Pertence ao lesado exigir a indemnização de qualquer dos responsáveis.

**Danos causados por instalações de energia elétrica ou gás**

Neste âmbito abrangem-se os danos provocados por transporte ou distribuição de energia elétrica e de gás, bem como, mercê de flagrante identidade, argumento não pacífico, os que decorram da sua produção ou armazenagem. Ponto fulcral a salientar é que, à semelhança do preceituado a respeito dos acidentes de viação, a responsabilidade que emerge de tais danos cabe a quem tenha a direção efetiva dessas fontes de energia e as utilize no interesse próprio, quer dizer, às empresas que as explorem como proprietárias, concessionárias ou a outro título. A responsabilidade das empresas existe (i) pelos danos que provenham de culpa dos seus órgãos, agentes, representantes ou comissários; e (ii) pelos danos ligados a deficiências do sistema em si.

Contudo, nesta segunda alternativa, exclui-se a responsabilidade se ao tempo do acidente a instalação correspondia às normas técnicas vigentes e se encontrava em perfeito estado de conservação – artigo 509º/1.

Do mesmo modo, não obrigam a reparação os danos atribuídos a força maior. Outro tanto sucede com os danos devidos a facto do próprio lesado ou de terceiro, que, dado não oferecerem dúvidas, o legislador entendeu desnecessário mencionar expressamente. Além disso, afastam-se do regime desta responsabilidade objetiva os danos motivados por utensílios de uso da energia – artigo 509º/3.
Os artigos 509º e 510º definem a disciplina geral sobre danos resultantes de instalações de energia elétrica e de gás. Contudo, são naturalmente suscetíveis de extensão ou adaptação a casos especiais – tal sucede com o disposto para prevenir as condições de segurança das unidades de alojamento e de quaisquer das suas partes integrantes, ainda que não afetadas à exploração turística nem locadas.

7. **Responsabilidade por factos lícitos**

Também se consagra que a obrigação de indemnização resulte de uma conduta lícita do agente. É o que acontece quando a lei confere ao lesado uma pretensão de indemnização contra o beneficiário. Fora de dúvida, uma solução justa: permite-se a satisfação de um interesse qualificado mas impõe-se a obrigação de indemnizar os danos causados a terceiro.

Tal princípio da responsabilidade por intervenções lícitas na esfera jurídica alheia não está explicitamente formulado no Código Civil. O legislador entendeu preferível não unificar num regime comum as diversas situações que traduzem a aplicação do mencionado princípio.

As situações em que a lei permite lesar a propriedade alheia, embora comine o ressarcimento dos danos produzidos. Assim se verifica com a obrigação de indemnização que resulta dos atos praticados em estado de necessidade (artigo 339º/2), e a que resulta dos prejuízos causados em prédio de outrem nas hipóteses de captura de enxames de abelhas (artigo 1322º/1), de instalações ou depósitos de substâncias corrosivas ou perigosas (artigo 1347º/2 e 3), de escavações (artigo 1348º/2), de passagem forçada ou momentânea (artigo 1349º/3) ou de apanha de frutos (artigo 1367º).

A obrigação de indemnizar relaciona-se com o direito atribuído a um contraente de pôr termo ao contrato. Aqui a responsabilidade por facto lícito qualifica-se como contratual. Indicam-se, entre outros, os casos de denúncia do arrendamento para habitação do senhorio, de revogação do mandato (artigo 1172º) e de desistência ao dono da obra em empreitada (artigo 1229º).

Hipótese paralela é a do cônjuge que pede o divórcio com fundamento na alteração das faculdades mentais do seu consorte (artigo 1781º/c)), que deve reparar
os danos não patrimoniais causados ao outro cônjuge pela dissolução do casamento (artigo 1792º/1).
CASOS PRÁTICOS

1º Hipótese – Professora Ana Prata

Alexandre e Beatriz estavam calmamente a conversar num bar quando entrou Carlos, antigo namorado de Beatriz. Este, ao vê-los, dirigiu-se agressivamente a ambos, quase de imediato passando à agressão física a Alexandre.

Daniel, gerente do bar, alarmado com a situação, precipitou-se para sustar Carlos, tendo conseguido dominá-lo e mantê-lo imobilizado, apesar de ele continuar a gritar, insultando agora sobretudo Daniel e procurasse libertar-se debatendo-se contra a pressão imobilizadora de Daniel.

Um dos empregados, a pedido de Daniel, fora telefonar à polícia.

Entrou no bar, neste interim, Eduardo, amigo de Carlos, que, supondo que este estava a ser agredido por Daniel, se dirige a este a murro e, depois de ele já se encontrar derrubado no chão, lhe dá vários pontapés, designadamente no rosto.

As consequências foram estas:

- Alexandre foi tratado a algumas equimoses e regressou a casa nessa mesma noite;
- Carlos ficou com uma fratura num braço que não manteve engessado, como lhe havia sido prescrito pelo médico, o que determinou que nunca recuperasse completamente a mobilidade;
- Daniel, que tinha vários ferimentos na cara e no corpo, foi tratado, tendo sido submetido a uma cirurgia plástica simples, mas que foi mal sucedida, porque Francisco, o cirurgião, sofria de Parkinson; Daniel ficou com o rosto bastante desfigurado;
- Beatriz foi posta fora de casa dos pais que nunca compreenderam a situação, o que determinou que abandonasse a Faculdade que frequentava e tivesse de trabalhar para sobreviver.

Resolução

Quando Carlos agride Alexandre, há um ilícito de ofensas à integridade física com dolo direto, que provoca danos não patrimoniais a Alexandre.

Relativamente ao momento em que Daniel agarra Carlos, age em legítima defesa de Alexandre, tentando afastar a agressão atual e ilícita de Carlos. Porém, Eduardo, pensando que Carlos estava a ser agredido, ataca Daniel, estando a atuar sob erro sobre os pressupostos da legítima defesa.
A intervenção de Eduardo não é censurável porque não é exigível a um bom pai de família que soubesse se estava perante uma agressão ilícita ou justificada. Deste modo, o erro é desculpável.

No entanto, Eduardo, depois de ter intervindo para ajudar Carlos de uma suposta agressão ilícita, continua a agredir Daniel, praticando, aí, um ato ilícito e culposo com dolo direto, que resulta na obrigação de indemnizar os danos causados.

Podemos, assim, concluir que:

- Relativamente aos danos de Eduardo, o responsável é Carlos;
- Os danos de Carlos – o braço fraturado, não serão indemnizáveis uma vez que a agressão de Daniel foi em legítima defesa;
- Quanto aos danos de Daniel, era este o responsável mas houve interrupção do nexo causal, uma vez que o médico, que sofria de Parkinson, desfigurou Daniel. A questão que se coloca é se a responsabilidade recai sobre o médico, diretamente, ou sobre o hospital. Quanto a isto podemos dizer que, se o hospital tivesse conhecimento da doença do médico, era responsável pelo facto ilícito e culposo cometido; se o hospital não soubesse da doença do médico, aplicava-se o artigo 500º do Código Civil, podendo Daniel exigir a indemnização ao comitente (ao hospital). O hospital tinha direito de regresso relativamente ao comissário – o cirurgião;
- Relativamente aos danos de Beatriz, que é expulsa de casa e abandona a faculdade para se sustentar, temos de ver se há relação causal. O envolvimento em briga dos dois namorados não constitui um facto que normalmente tenha consequência num terceiro não envolvido, pelo que se pode concluir que não há relação causal, não podendo Beatriz exigir uma indemnização.

2º Hipótese – Professora Ana Prata

Joana, de 8 anos, estava com a mãe na praia da Adraga.

Apanhando a mãe distraída, tirou-lhe a agulha de crochet e foi à beira-mar furar o colchão em que Luís estava.

Suponha, sucessivamente, as seguintes hipóteses:

a. O colchão de Luís foi arrastado pelo vento, sem que ele se tenha apercebido, porque adormecera. Luís não conseguiu voltar à praia porque o colchão esvaziou quando já estava muito distante. Foi socorrido pelos banheiros salva-vidas, tendo tido de ser internado, dada a quantidade de água que ingerira.
b. Dado o colchão ter-se esvaziado e Luís não saber nadar, veio a afogar-se quando já não tinha pé e se apercebeu de que o colchão não o sustentava.

c. Quando Luís deu pelo que se passara, foi a correr atrás de Joana e arrastou-a para o mar, enfiando-lhe a cabeça na água. A mãe da criança agrediu-o, provocando-lhe ferimentos com a outra agulha de crochet. *Quid iuris?*

**Resolução**

Relativamente ao furo que Joana fez no colchão de Luís, estamos perante uma violação do direito de propriedade de Luís, constituindo um ato ilícito. Nesta situação, era necessário provar que Joana não percebia que furar o colchão poderia levar a tão graves consequências. No entanto, presume-se que a criança tinha consciência que furar o colchão ia trazer algum resultado negativo.

O ilícito de Joana é consequência do ilícito da mãe, que violou o seu dever de vigilância. Deste modo, há responsável da mãe de Joana, mas esta, não sendo completamente inimputável ao facto, também é responsável – pode haver corresponsabilidade nos termos do artigo 490º que será uma responsabilidade solidária, segundo o artigo 497º.

A indemnização de Luís abrange, deste modo, os danos patrimoniais emergentes (o furo no colchão) e danos não patrimoniais (pela angústia). O facto de Luís ter adormecido no colchão demonstra também uma falta de cuidado, que se traduz numa contribuição dos danos, porque bastava que este estivesse acordado para evitar o furo que Joana fez no colchão.

Assim, a culpa da mãe de Joana seria afastada, tal como a sua obrigação de indemnizar, havendo apenas a culpa de Joana e do próprio lesado – isto, se Luís não chegar a provar que a situação teria acontecido independentemente de estar acordado ou não.

Nesta hipótese, em concreto, há um agravamento dos danos não patrimoniais, porque houve uma morte. A questão que se coloca é se era previsível para Joana que Luís soubesse, ou não, nadar. Posto isto, há um agravamento da culpa do lesado porque, não sabendo nadar, colocou-se numa situação arriscada ao ir para o mar com apenas um colchão, sem qualquer proteção.

Esquecendo a contribuição causal de Luís para os danos, este tem o direito de indemnização pode danos não patrimoniais, resultantes da sua morte. Este dano que ele próprio teve, transfere-se para os seus herdeiros, devido à sua morte. Acresce ainda
os danos causados aos familiares de Luís, previstos no artigo 496º/2, nos termos do artigo 496º/4, e o dano morte que se cria na esfera das pessoas mencionadas no artigo 496º/2.

Poderá, ainda, haver direito à indemnização por cuidados médicos e autópsia, previstos no artigo 495º/1,2, e às pessoas que podiam exigir alimentos a Luís, nos termos do nº3 do mesmo artigo.

A ação de Luís não pode ser considerada legítima defesa porque falta o elemento da atualidade. Há uma ação ilícita, culposa, com dolo direto. O ilícito, aqui, é a violação do direito à integridade física de Joana, e os danos são as dificuldades respiratórias (não se sabe em concreto).

A mãe de Joana comete também um ilícito de violação da integridade física, mas atua sob legítima defesa de terceiro, ao abrigo do artigo 337º. Luís tem, por conseguinte, que indemnizar Joana por danos não patrimoniais.
Índice Remissivo

Responsabilidade extracontratual / Responsabilidade por factos ilícitos – artigos 483º e seguintes:

- **Culpa** – artigo 487º; 489º; 350º; 491º; 492º; 493º; 570º; 571º; 572º; 494º
- **Imputabilidade** – artigo 488º; 489º
- **Ilicitude** – artigo 483º; 484º; 485º;

- **Causas justificativas**
  - Abuso de Direito – artigo 334º
  - Colisão de Direitos – artigo 335º
  - Ação Direta – artigo 336º
  - Legítima Defesa – artigo 337º
  - Estado de Necessidade – artigo 339º
  - Consentimento do Lesado – artigo 340º

- **Dano** – 496º; 495º
  - Prescrição – 498º

Responsabilidade contratual – artigos 798º e seguintes;

Responsabilidade pelo risco – artigos 499º e seguintes;

- Beneficiários – artigo 504º
- Exclusão – artigo 505º
- Limites – artigo 508º
- Responsabilidade Solidária – artigo 507º

Obrigaçãode indemnizar – artigo 562º; 564º; 565º; 566º; 567º.
1- Distinga Responsabilidade obrigacional de responsabilidade extra-obrigacional.
2- Indique as causas de exclusão da ilicitude.
3- Distinga danos morais de danos materiais
4- Distinga danos patrimoniais de danos morais
5- Dê uma noção de responsabilidade objetiva.
6- A simples leitura do art. 483.º do Código Civil mostra que vários pressupostos condicionam, no caso da responsabilidade por factos ilícitos, a obrigação de indemnizar. Indique quais são esses elementos.
7- Comente as seguintes frases, exprimindo a sua posição de concordância ou discordância:
   a. “A reconstituição natural não tem razão de ser na responsabilidade civil contratual”.
   b. “A tendência vai no sentido da objetivação da responsabilidade civil”.
   c. “A par da função reparadora, a responsabilidade civil tem uma componente preventiva e punitiva muito apreciável”.
   d. “As partes são livres de, no contrato estabelecerem os moldes da indemnização em caso de incumprimento”
8- O Código Civil procurou fixar em termos mais precisos o conceito de ilicitude, descrevendo duas variantes através das quais se pode revelar o carácter ilícito. Indique quais.
9- Comente a seguinte afirmação “o abuso de direito não se trata da violação de um direito de outrem ou de ofensa a uma norma tuteladora de um interesse alheio, mas do exercício anormal de um direito próprio”.
10- O Código Civil além das 2 grandes diretrizes fixadas no art. 483.º, o Código Civil trata de modo especial alguns factos ilícitos. Quais?
11- As causas de exclusão da ilicitude têm em comum algumas características. Quais?
12- Diga quais são as modalidades que pode revestir o dolo.
13- Distinga negligência de mera culpa.
14- Para haver obrigação de indemnizar, é condição essencial que dano. Dig a o que entende por dano.
15- Distinga danos emergentes de lucros cessantes.
16- Sem prejuízo do prazo correspondente à prescrição ordinária – 20 – (contado sobre a data do facto ilícito), o direito à indemnização fundada na responsabilidade civil está sujeito a um outro prazo mais curto. Qual? É a partir de quando se começa a contar?
17- Quem (ais) é (são) o (s) titular (s) do direito à indemnização?
18- Para que exista responsabilidade prevista no art. 500.º do Código Civil, é preciso que se verifiquem cumulativamente vários requisitos. Indique-os.
19- O que são os punitive damages?
20- Dê uma noção de responsabilidade pré-contratual. Em sede desta diga quais são os danos indemnizáveis. Qual é o regime aplicável a responsabilidade pré-contratual?
EXAME RESPONSABILIDADE CIVIL
(Recurso e melhoria de classificação)

Janúrio 2014

Júlio, vendedor de automóveis, acordou com Leandro a venda de 6 carros de um novo modelo da Mercedes a ser lançado no mercado, comprometendo-se Leandro a liberá-lo de um divida no montante de €500.000, que Júlio tinha para com Manuel, pagando-lhe a diferença em dinheiro.

Ficou acordado que os automóveis seriam entregues até 22 de Março deste ano no depósito de Leandro, em Lisboa.

Para o transporte, Júlio contratou o motorista Nelson, que foi encarregado de ir buscar os carros a Frankfurt e de os entregar em Lisboa.

Júlio sabia que, por vezes, Nelson bebia enquanto trabalhava, mas, como o adviriu um relacionamento entre, aceitou uma cláusula segundo a qual Nelson não se responsabilizava por qualquer acidente que atingisse os carros transportados.

a) Ao atravessar a fronteira para entrar em Portugal, Nelson deparou-se com um bloqueio da estrada por causa de uma tempestade, o que o atrasou, não tendo por isso podido entregar os carros na data acordada com Leandro. Por isso, este não pôde executar os automóveis numa feira industrial, o que lhe causou grandes prejuízos.

Quid juris?

b) Nelson, que levava Olga à boleia, conduzia embaixo do valor que havia inventado de periclar indicado por Júlio. De seguida, embora violentemente um carro, conduzido por Pedro, que seguia com excesso de velocidade. O relatório pericial provou que ele não conseguia evitar a colisão, mesmo que não tivesse bebido.

Do acidente resultaram os seguintes danos:

— O carro de Pedro ficou seriamente danificado;

— Nelson sofreu de síncope cardíaca em consequência do susto;

— Olga sofreu um traumatismo e o computador que transportava ficou irrecuperável;

— Dois dos automóveis transportados por Nelson ficaram muito estragados, só tendo sido entregues a Leandro os outros quatro;

Analise a situação, tendo em conta que o Manuel exigir de Leandro pagamento dos €500.000 e que este recusa dizendo que não lhe podem exigir nada e que, em qualquer caso, ele só pagará depois de receber os dois carros que não lhe foram entregues e a indemnização a que tem direito. Os filhos de Nelson querem uma indemnização pela morte do pai e pelos danos no camião deste.
Clara vendeu a Fernando um andar, tendo ficado convencionado que a entrega seria feita no dia 3 do passado mês de Novembro, ocasião em que o comprador pagaria o preço. Nesse dia, Pedro apresentou-se no local para receber as chaves, tendo estas sido enviadas por Clara através de Diogo. Fernando recusou o pagamento a Diogo, que, por isso e seguindo as instruções que Clara lhe dera por telefone, não entregou as chaves.

Entretanto, Fernando descobriu que o andar ia ficar sem a magnífica vista que tinha e era um dos seus maiores atractivos, por se ter iniciado a construção de um grande prédio em frente, o que Clara sabia que iria suceder e fora, aliás, o motivo da sua decisão de vender. Fernando, que continuava a não ter as chaves e a não ter pago o preço, quer acabar com o contrato por o andar ter deixado de corresponder às suas expectativas e pretende indenização por todos os danos que a situação lhe causou, incluindo a perda da oportunidade de comprar um outro apartamento que já foi vendido.

Quid juris?
EXAME DE RESPONSABILIDADE CIVIL

(2010/2011)

A Sociedade X, que se dedica à actividade de construção civil, negociou com António um contrato relativo à recuperação de uma antiga casa de família deste, que integrawa uma quinta que António pretendia posteriormente "ceder" para a realização de festas e outros eventos.

No final do processo negocial, a Sociedade X e António acordaram num preço final de € 250,000,00, bem como em todas as demais soluções técnicas e de prazo que consideravam relevantes em relação à referida empreitada.

Ao receber a minuta do contrato de empreitada, António constatou que nele se dizia que em caso algum a responsabilidade da Sociedade X, com causa naquele contrato, poderia ultrapassar o preço acordado. António ainda reagiu, dizendo que aquela casa, onde tinha nascido, era tudo quanto tinha de mais importante, mas a Sociedade X comunicou-lhe que se tratava de uma "regra interna" de que não poderia prescindir em qualquer circunstância.

Perante tal argumento, e tendo em conta as opções de referências que tinha recebido sobre a Sociedade X, que lhe fora apresentada como especializada na recuperação de imóveis antigos, António acabou por aceitar o contrato nos exactos termos que lhe foram apresentados pela Sociedade X.

Com base no que acima se refere, analise individualmente cada uma das seguintes hipóteses.

1. Com a tropidização causada pelas chuvas, viria a ruir a torre de capela situada a poucos metros da casa e também integrada na mesma quinta em que esta se integrava. Viria a demonstrar-se que tal apenas aconteceu porque: (i) as técnicas utilizadas pela Sociedade X, não obstante toda a diligência utilizada na adopção das melhores técnicas, não eram as mais adequadas quanto existia risco de ruína de imóveis antigos; e (ii) Bento, que há anos tratava gratuitamente do imóvel para António, há muito tempo que tinha deixado de sugerir qualquer obra de conservação, no contrato do que repetidamente fizera antes. António exige
agora à Sociedade X e a Bento uma indemnização correspondente a €
500.000,00, que calculou considerando, nomeadamente:

a) os prejuízos que terá por, sem a torre, ficar prejudicada a "cessão" da
quinta para casamentos e baptizados durante os próximos (muitos) anos;
e
c) o valor de uma "imagem" que tinha do altar da capela, comprada há cerca
de 50 anos pelo seu bisavô, e que entretanto, já após a destruição da torre,
havia triplicado o seu valor por se ter descoberto quem era, afinal, o seu
autor (até então desconhecido).

2. Bento, empregado da Sociedade X, ao estacionar uma das viaturas utilizadas na
obra junto da casa de António viria a deixar a mesma viatura "descair",
embatendo no muro da casa de Carlos, vizinho de António. Ficou demonstrado
que o acidente se ficara a dever à circunstância de Bento ter bebido álcool ao
almoço, o que era absolutamente proibido segundo as regras vigentes na
Sociedade X, o que fora agravado pela extrema dificuldade da manobra que
Bento havia sido obrigado a fazer, tendo em conta a necessidade de contornar o
carro de Daniel, que se encontrava estacionado num local proibido. Carlos exige
a António: (i) o pagamento das obras de reparação do referido muro e (ii) o valor
que havia pago a Duarte pela destruição que os animais que Carlos mantinha
soltos pelo jardim haviam provocado a este quando, com a destruição do muro,
haviam conseguido escapar. António entende que nada deve pagar, remetendo
Carlos para a Sociedade X. Esta, por sua vez, remete tudo para Bento e Daniel.

3. A prestação da Sociedade X viria a revelar-se um verdadeiro desastre, tendo um
parto consultado por António concluído que tal se ficara a dever à total
impreparação da Sociedade X para "lidar" com imóveis antigos. Com base em
tal informação, António pretende responsabilizar conjuntamente Bento e a
Sociedade X por um montante total de € 500.000,00, a título de danos
patrimoniais e não patrimoniais, com os seguintes fundamentos: (i) Bento,
amigo de António e sócio da Sociedade X, havia apresentado esta a António
como especializada naquele tipo de trabalhos; e (ii) a Sociedade X, conhecendo
de tal facto, havia optado por não desmentir essa informação.
I

Nuno comprou a Olga um serviço de jantar que fora de uma tia de ambos. Combinaram que o serviço seria entregue em casa de Nuno o mais tardar até ao dia 8 de Janeiro, pois precisava dele para um jantar que daria nesse dia a um grupo de amigos. O preço seria pago no momento da entrega.

Olga decidiu ir ela própria levar o serviço, apesar de ter pouca prática de condução de automóveis. Conduzindo pela auto-estrada, atravessou-se subitamente na via um cavalo, o que a assustou justificadamente e a fez desviar-se, para não atropelar o animal. Embateu no separador central e o carro capotou, caindo na faixa de sentido oposto da auto-estrada. Nesta, seguia o carro conduzido por Rui, motorista de Salvador (que também ia no automóvel). Esta última veículo seguia a mais de 200 km/hora, por imposição de Salvador e contra a vontade de Rui; sem que se tenha apurado por quê, os travões deste automóvel falharam, pelo que, somado à velocidade, apesar de ter visto o carro de Olga tomar na via ainda a alguma distância, Rui não conseguiu evitar a colisão.

— Rui ficou muito ferido;
— Salvador teve ferimentos que o deixaram parapléjico;
— O carro de Olga (que ficou miraculosamente quase ilesa) resultou completamente destruído;
— O carro de Salvador teve danos susceptíveis de reparação;
— O serviço de jantar ficou completamente destruído, o que, além de impossibilitar Nuno de dar o jantar, o fez perder tudo quanto tinha comprado para o realizar; Nuno reclama ainda indenização pelo valor estimativo do serviço.

Cotação: 12 valores

II

A sociedade Y procurava um técnico muito qualificado na área dos recursos humanos. Depois de entrevistar vários candidatos e de os submeter a testes, contraiu-se em António, alto quadro de uma outra empresa decidido a mudar, dado o aumento de ordenado que iria receber.

António foi chamado à sociedade para formalizar o contrato e, quando lá chegou, foi-lhe dito que já não era necessário, tendo vindo a saber que fora contratado um protegido do administrador executivo.

Dado ter cessado o contrato que tinha na empresa em que trabalhava e onde ganhava € 5000 líquidos por mês, António — que não vê possibilidade de obter emprego onde ganhe os € 7000 que havia acertado com a sociedade Y, pretende que esta o indenize no valor de € 7000 mensais até que encontre outro emprego em que ganhe, pelo menos, € 5000/mês.

Quid iuris?
1. Admita agora que o cargo para que era contratado supunha que fosse licenciado, o que António não era, por nunca ter concluído a licenciatura.

Ninguém lhe perguntou nada sobre esse ponto e António também não se lhe referiu, embora tivesse percebido que estavam convencidos de que o era, pela maneira como se lhe dirigiam.

a) Feito o contrato de trabalho, a sociedade descobre que António não é licenciado, pretende despedi-lo e ser indemnizada pelos danos que teve com a sua contratação que, além do mais, atrasaram consideravelmente a de outra pessoa de que a sociedade carecia com urgência.

b) Suponha que era a própria lei a impor a licenciatura para o cargo, sendo portanto o contrato nulo por impossibilidade originária.

Quid juris?

Colação: 7 valores

Nota: há 1 valor para apreciação da correção da escrita.

Não transcreva factos dos enunciados nem preceitos legais.
Duração: 3 horas
Observações: Não transcreva o enunciado nem disposições legais.

I

Joana combinou por escrito com Luís dar-lhe um prédio, ficando este último de lhe pagar uma pensão mensal vitalícia de € 600. Luís veio entretanto a apurar que Maria é comproprietária do prédio e que se opõe ao acordo feito.

Luís pretende ser indemnizado por Joana no valor do prédio.

Tem razão?

(cotação: 7 valores)

II

Guiomar, que vive em Loures, vem diariamente para Lisboa trabalhar. Na sequência de antiga combinação, traz Hélder e com ele regresa diariamente, partilhando Hélder as despesas de gasolina e de portagens. Num dia de muita chuva, o carro de Guiomar fez aquaplaning, despistando-se, arrancando o separador central e embatendo no muro de Irina, que circulava na faixa oposta a cerca de 180km/hora.

O embate foi muito violento, tendo Irina tido morte imediata, Guiomar ficado muito ferida e Hélder milagrosamente ligeiro. Nesse dia, como Guiomar sabia, Hélder tinha uma entrevista de trabalho que checou tão atrasado que já não foi recebido. Os carros ficaram irrecuperáveis, o tablet de Guiomar também, e tudo quanto Irina tinha na carteira desapareceu, não sabendo o viúvo, João, nem os dois filhos quanto e o que era ao certo.

Que direitos tem quem e contra quem?

(cotação: 13 valores)
Queremos agradecer a todos os alunos que tornaram possível a realização da Linha de Sebentas AEFDUNL.

Informamos que não nos responsabilizamos por possíveis erros que as sebentas possam conter.

Qualquer sugestão que tenhas ou erro que detetes por favor contacta a AE através do dep.pedagogico@ae.fd.unl.pt.